

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	8
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	18
DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	28.952
Preferenciais	0
Total	28.952
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.427.439	2.869.304
1.01	Ativo Circulante	736.280	967.675
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.703	48.606
1.01.03	Contas a Receber	20.831	24.662
1.01.03.01	Clientes	16.396	18.985
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.435	5.677
1.01.03.02.02	Outras Contas a receber	4.435	5.677
1.01.04	Estoques	232.157	608.415
1.01.05	Ativos Biológicos	416.221	209.843
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.014	28.555
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.014	28.555
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.032	6.136
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.322	41.458
1.01.08.03	Outros	31.322	41.458
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	19.214	17.223
1.01.08.03.02	Outros ativos	12.108	24.235
1.02	Ativo Não Circulante	1.691.159	1.901.629
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	347.342	305.894
1.02.01.04	Contas a Receber	586	13.026
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	586	13.026
1.02.01.07	Tributos Diferidos	273.679	241.525
1.02.01.07.01	Tributos Diferidos	273.679	241.525
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	73.077	51.343
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	29.599	29.604
1.02.01.10.04	Partes relacionadas	23.424	442
1.02.01.10.05	Outros ativos	15.286	15.283
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	4.768	6.014
1.02.02	Investimentos	953.476	1.138.096
1.02.02.01	Participações Societárias	950.076	1.124.598
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	950.076	1.124.598
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	3.400	13.498
1.02.03	Imobilizado	389.405	456.210
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	113.671	164.853
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	275.734	291.357
1.02.04	Intangível	936	1.429
1.02.04.01	Intangíveis	936	1.429
1.02.04.01.02	Intangível	936	1.429

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.427.439	2.869.304
2.01	Passivo Circulante	811.957	1.098.688
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.953	7.936
2.01.02	Fornecedores	322.104	290.436
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.608	7.937
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.608	7.937
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	287.521	482.035
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	287.521	482.035
2.01.05	Outras Obrigações	179.771	310.344
2.01.05.02	Outros	179.771	310.344
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	16.863	189.020
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	52.596	57.334
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	6.293	6.214
2.01.05.02.08	Títulos a pagar	47.917	5.387
2.01.05.02.10	Arrendamentos de serviços a pagar	56.102	52.389
2.02	Passivo Não Circulante	757.259	985.890
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	494.636	615.900
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	494.636	615.900
2.02.02	Outras Obrigações	237.121	339.242
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	55.237
2.02.02.02	Outros	237.121	284.005
2.02.02.02.06	Tributos Parcelados	6.625	9.629
2.02.02.02.10	Títulos a pagar	0	1.053
2.02.02.02.11	Arrendamentos a pagar	230.496	273.323
2.02.04	Provisões	25.502	30.748
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.478	28.724
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	23.478	28.724
2.02.04.02	Outras Provisões	2.024	2.024
2.02.04.02.04	Provisões para Perdas em Investimento	2.024	2.024
2.03	Patrimônio Líquido	858.223	784.726
2.03.01	Capital Social Realizado	2.845.374	2.759.721
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.896.201	-1.850.188
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-90.950	-124.807

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	293.954	883.541	269.159	733.588
3.01.01	Receita líquida de vendas	201.558	610.334	145.942	494.921
3.01.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	92.396	273.207	123.217	238.667
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-238.595	-752.126	-172.412	-548.191
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-152.493	-439.490	-136.620	-396.322
3.02.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-86.102	-312.636	-35.792	-151.869
3.03	Resultado Bruto	55.359	131.415	96.747	185.397
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-66.596	-56.244	-14.686	8.028
3.04.01	Despesas com Vendas	-790	-790	-316	-316
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.099	-53.110	-12.499	-26.540
3.04.02.01	Gerais e Administrativas e Incluindo Armazenagem	-34.099	-53.110	-12.499	-26.540
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-26.579	-20.614	676	4.262
3.04.05.01	Provisão para perdas de investimentos	0	0	0	-3
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	-26.579	-20.614	676	4.265
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.128	18.270	-2.547	30.622
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-11.237	75.171	82.061	193.425
3.06	Resultado Financeiro	-19.973	-153.337	-69.779	-173.219
3.06.01	Receitas Financeiras	3.262	8.502	1.711	4.432
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.235	-161.839	-71.490	-177.651
3.06.02.01	Despesas financeiras	-39.381	-85.647	-28.952	-58.873
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	37.949	-5.835	-12.930	-83.305
3.06.02.03	Perdas com derivativos, líquidos	-21.803	-70.357	-29.608	-35.473
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-31.210	-78.166	12.282	20.206
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	23.479	32.153	-22.391	-18.551
3.08.02	Diferido	23.479	32.153	-22.391	-18.551
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.731	-46.013	-10.109	1.655
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.731	-46.013	-10.109	1.655

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.731	-46.013	-10.109	1.655
4.02	Outros Resultados Abrangentes	91.367	33.857	-5.519	-175.358
4.02.01	Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como hedge accounting	91.367	33.857	-5.519	-175.358
4.03	Resultado Abrangente do Período	83.636	-12.156	-15.628	-173.703

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	118.512	55.909
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	183.818	24.440
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-78.166	20.206
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-18.270	-30.622
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	47.836	30.677
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	-10.481	-370
6.01.01.05	Provisão das perdas estimadas em estoques	-513	-1.183
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	115.374	46.985
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	8.078	4.013
6.01.01.10	Provisão para perdas em investimentos	0	3
6.01.01.11	Realização do valor justo dos ativos biológicos	312.636	151.869
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	11.578	7.569
6.01.01.13	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-273.207	-238.667
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-1.404	-1.513
6.01.01.19	Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	70.357	35.473
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.896	97.583
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-38.651	19.239
6.01.02.02	Estoques	466.940	388.616
6.01.02.03	Ativos Biológicos	-408.311	-339.810
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-5.233	-2.538
6.01.02.05	Títulos a receber	61.866	7.369
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-3.763	-38
6.01.02.08	Despesas Antecipadas	2.104	-2.156
6.01.02.09	Pagamentos de demandas judiciais	-8.315	-2.138
6.01.02.10	Outros Ativos	12.124	-297
6.01.02.11	Fornecedores	-30.653	176.370
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	-172.157	-171.059
6.01.02.13	Salários e contribuições sociais	4.015	964
6.01.02.15	Tributos a recolher	11.450	7.608
6.01.02.17	Títulos a pagar	41.477	379
6.01.02.18	Propriedade para Investimentos	9.763	0
6.01.02.19	Tributos parcelados	287	-2.952
6.01.02.20	Arrendamentos a pagar	35.161	18.026
6.01.03	Outros	-43.410	-66.114
6.01.03.02	Juros pagos	-30.431	-36.792
6.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	-12.979	-29.322
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	12.278	-13.636
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	13.021	0
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-1.181	-13.277
6.02.06	Aquisição de intangível	438	-359
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-172.693	-86.318
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	73.444	97.942

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.03.03	Conversão de ações - bônus de subscrição	85.653	218
6.03.05	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-226.486	-208.305
6.03.08	Recebimento de partes relacionadas, líquidos	-4.072	49.346
6.03.10	Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	-64.107	0
6.03.11	Pagamentos de passivos de arrendamentos	-33.805	-25.519
6.03.12	Pagamentos de custos de captação	-108	0
6.03.13	Adesão tributos parcelados	131	0
6.03.14	Pagamento tributos parcelados	-3.343	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-41.903	-44.045
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.606	49.931
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.703	5.886

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	85.653	0	0	0	0	85.653
5.04.08	Conversão de ações - Bônus de Subscrição	85.653	0	0	0	0	85.653
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.013	33.857	-12.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-46.013	0	-46.013
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	33.857	33.857
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	33.857	33.857
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.866.225	-20.851	0	-1.896.201	-90.950	858.223

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	218	0	0	0	0	218
5.04.08	Conversão de ações - Bônus de Subscrição	218	0	0	0	0	218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.655	-175.358	-173.703
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.655	0	1.655
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-175.358	-175.358
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-175.358	-175.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	2.778.913	-20.851	0	-1.791.685	-196.843	769.534

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	910.857	786.561
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	635.262	543.595
7.01.02	Outras Receitas	275.595	242.966
7.01.02.01	Outras Receitas	5.900	2.908
7.01.02.02	Abatimento e devolução de Vendas	-4.916	-122
7.01.02.03	Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	273.207	238.667
7.01.02.04	Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	1.404	1.513
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-695.892	-515.668
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-168.847	-148.796
7.02.04	Outros	-527.045	-366.872
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-204.750	-202.814
7.02.04.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-312.636	-151.869
7.02.04.05	Perdas estimadas em estoques	513	1.183
7.02.04.06	Outras despesas	-10.172	-13.372
7.03	Valor Adicionado Bruto	214.965	270.893
7.04	Retenções	-47.836	-30.677
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.836	-30.677
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	167.129	240.216
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	225.093	98.184
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.270	30.622
7.06.02	Receitas Financeiras	206.823	67.565
7.06.03	Outros	0	-3
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	392.222	338.400
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	392.222	338.400
7.08.01	Pessoal	44.163	37.676
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.857	33.646
7.08.01.02	Benefícios	1.348	1.392
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.958	2.638
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-13.545	38.627
7.08.02.01	Federais	-24.095	27.700
7.08.02.02	Estaduais	10.417	10.800
7.08.02.03	Municipais	133	127
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	407.617	260.442
7.08.03.01	Juros	357.130	260.268
7.08.03.02	Aluguéis	67	67
7.08.03.03	Outras	50.420	107
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-46.013	1.655
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-46.013	1.655

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.654.669	2.909.605
1.01	Ativo Circulante	767.448	1.010.744
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.688	82.804
1.01.03	Contas a Receber	21.425	25.065
1.01.03.01	Clientes	16.592	18.990
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.833	6.075
1.01.04	Estoques	232.712	610.230
1.01.05	Ativos Biológicos	416.221	209.843
1.01.06	Tributos a Recuperar	31.916	35.118
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.076	6.207
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.410	41.477
1.01.08.03	Outros	31.410	41.477
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	19.214	17.223
1.01.08.03.02	Outros ativos	12.196	24.254
1.02	Ativo Não Circulante	1.887.221	1.898.861
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	350.300	330.653
1.02.01.04	Contas a Receber	586	13.026
1.02.01.04.02	Titulos a Receber	586	13.026
1.02.01.07	Tributos Diferidos	273.679	241.525
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	76.035	76.102
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	54.781	54.786
1.02.01.10.05	Outros ativos	15.286	15.283
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	5.968	6.033
1.02.02	Investimentos	13.094	13.498
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.094	13.498
1.02.03	Imobilizado	1.246.541	1.277.797
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	970.807	986.440
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	275.734	291.357
1.02.04	Intangível	277.286	276.913

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.654.669	2.909.605
2.01	Passivo Circulante	892.641	1.101.747
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.091	7.947
2.01.02	Fornecedores	322.147	290.452
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.638	9.786
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	362.348	482.035
2.01.05	Outras Obrigações	181.417	311.527
2.01.05.02	Outros	181.417	311.527
2.01.05.02.04	Adiantamentos de Clientes	16.863	189.020
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	52.596	57.334
2.01.05.02.06	Tributos Parcelados	6.540	7.369
2.01.05.02.08	Títulos a pagar	49.316	5.415
2.01.05.02.10	Arrendamentos a pagar	56.102	52.389
2.02	Passivo Não Circulante	903.805	1.023.132
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	530.109	615.900
2.02.02	Outras Obrigações	239.486	286.914
2.02.02.02	Outros	239.486	286.914
2.02.02.02.06	Tributos Parcelados	7.078	12.124
2.02.02.02.10	Títulos a pagar	1.912	1.467
2.02.02.02.11	Arrendamentos a pagar	230.496	273.323
2.02.03	Tributos Diferidos	104.085	91.295
2.02.04	Provisões	30.125	29.023
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.125	29.023
2.02.04.01.06	Provisão para Contingências	30.125	29.023
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	858.223	784.726
2.03.01	Capital Social Realizado	2.845.374	2.759.721
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.896.201	-1.850.188
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-90.950	-124.807

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	260.263	883.542	229.650	737.594
3.01.01	Receita líquida de vendas	201.558	610.334	145.343	496.107
3.01.02	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas	58.705	273.208	84.307	241.487
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-203.495	-712.591	-134.085	-509.904
3.02.01	Custos dos Produtos Vendidos	-117.393	-399.955	-98.293	-358.035
3.02.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-86.102	-312.636	-35.792	-151.869
3.03	Resultado Bruto	56.768	170.951	95.565	227.690
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-72.530	-83.926	-12.563	-21.822
3.04.01	Despesas com Vendas	-790	-790	-316	-316
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.956	-58.618	-12.910	-27.523
3.04.02.01	Gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-38.956	-58.618	-12.910	-27.523
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-32.784	-24.518	663	6.017
3.04.05.03	Outras receitas (despesas), líquidas	-32.784	-24.518	663	6.017
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.762	87.025	83.002	205.868
3.06	Resultado Financeiro	-16.274	-152.402	-72.013	-169.868
3.06.01	Receitas Financeiras	3.089	8.343	2.342	5.898
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.363	-160.745	-74.355	-175.766
3.06.02.01	Despesas financeiras	-42.936	-90.100	-31.817	-56.988
3.06.02.02	Variações cambiais, líquidas	45.376	-288	-12.930	-83.305
3.06.02.03	Derivativos, líquidos	-21.803	-70.357	-29.608	-35.473
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-32.036	-65.377	10.989	36.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	24.305	19.364	-21.098	-34.345
3.08.02	Diferido	24.305	19.364	-21.098	-34.345
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.731	-46.013	-10.109	1.655
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.731	-46.013	-10.109	1.655
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-7.731	-46.013	-10.109	1.655
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,3356	1,9972	0,4668	0,0764
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,3356	1,9972	0,4668	0,057

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.731	-46.013	-10.109	1.655
4.02	Outros Resultados Abrangentes	91.367	33.857	-5.519	-175.358
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	83.636	-12.156	-15.628	-173.703
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	83.636	-12.156	-15.628	-173.703

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	106.248	105.983
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	212.156	70.030
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	-65.377	36.000
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	51.234	31.343
6.01.01.04	Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	-11.638	-370
6.01.01.05	Provisão das perdas estimadas em estoques	-513	-1.183
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	113.254	48.104
6.01.01.09	Provisão para demandas judiciais	5.433	4.023
6.01.01.11	Realização do Valor Justo dos ativos biológicos	312.636	151.869
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos financeiros	11.578	7.569
6.01.01.13	Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-273.208	-241.487
6.01.01.18	Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-1.600	-1.311
6.01.01.19	Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	70.357	35.473
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-57.466	102.067
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-38.646	18.872
6.01.02.02	Estoques	467.129	386.595
6.01.02.03	Ativos Biológicos	-408.311	-339.810
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-6.060	37
6.01.02.05	Títulos a Receber	26.353	9.572
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	88	-38
6.01.02.08	Despesas antecipadas	2.131	-2.126
6.01.02.09	Pagamentos de demandas judiciais	-7.023	-2.136
6.01.02.10	Outros ativos	12.055	-136
6.01.02.11	Fornecedores	-30.626	176.341
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	-172.157	-170.077
6.01.02.13	Salários e contribuições sociais	4.145	989
6.01.02.15	Tributos a recolher	14.118	8.674
6.01.02.17	Títulos a pagar	44.346	358
6.01.02.18	Propriedade para Investimentos	-169	0
6.01.02.19	Tributos parcelados	0	-3.074
6.01.02.20	Arrendamentos a pagar	35.161	18.026
6.01.03	Outros	-48.442	-66.114
6.01.03.02	Juros pagos	-35.463	-36.792
6.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	-12.979	-29.322
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.444	-13.637
6.02.02	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	13.021	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-2.387	-13.278
6.02.06	Aquisição de Intangível	-190	-359
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-169.808	-136.758
6.03.01	Captações de Empréstimos e Financiamentos	83.444	97.942
6.03.03	Gastos com Emissão de Ações	85.653	218
6.03.05	Amortização de empréstimos e financiamentos	-237.679	-209.399

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.03.10	Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap	-64.107	0
6.03.11	Pagamentos de passivos de arrendamentos	-33.805	-25.519
6.03.12	Pagamentos de custos de captação	-108	0
6.03.13	Adesão tributos parcelados	137	0
6.03.14	Pagamento tributos parcelados	-3.343	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-53.116	-44.412
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	82.804	50.357
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.688	5.945

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726	0	784.726
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.780.572	-20.851	0	-1.850.188	-124.807	784.726	0	784.726
5.04	Transações de Capital com os Sócios	85.653	0	0	0	0	85.653	0	85.653
5.04.08	Conversão de ações - Bônus de Subscrição	85.653	0	0	0	0	85.653	0	85.653
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-46.013	33.857	-12.156	0	-12.156
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-46.013	0	-46.013	0	-46.013
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	33.857	33.857	0	33.857
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	33.857	33.857	0	33.857
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.866.225	-20.851	0	-1.896.201	-90.950	858.223	0	858.223

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019	0	943.019
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.778.695	-20.851	0	-1.793.340	-21.485	943.019	0	943.019
5.04	Transações de Capital com os Sócios	218	0	0	0	0	218	0	218
5.04.08	Conversão de ações - Bônus de Subscrição	218	0	0	0	0	218	0	218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.655	-175.358	-173.703	0	-173.703
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.655	0	1.655	0	1.655
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-175.358	-175.358	0	-175.358
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-175.358	-175.358	0	-175.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.778.913	-20.851	0	-1.791.685	-196.843	769.534	0	769.534

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/06/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	913.947	793.662
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	635.262	546.519
7.01.02	Outras Receitas	278.685	247.143
7.01.02.01	Outras Receitas	8.793	4.851
7.01.02.02	Abatimento e devolução de Vendas	-4.916	-506
7.01.02.03	Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	273.208	241.487
7.01.02.04	Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	1.600	1.311
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-665.221	-477.600
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-131.199	-110.525
7.02.04	Outros	-534.022	-367.075
7.02.04.01	Matérias-primas consumidas	-204.750	-202.814
7.02.04.02	Realização do valor justo dos ativos biológicos	-312.636	-151.869
7.02.04.05	Perdas estimadas em estoques	513	1.183
7.02.04.06	Outras despesas	-17.149	-13.575
7.03	Valor Adicionado Bruto	248.726	316.062
7.04	Retenções	-51.234	-31.343
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.234	-31.343
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	197.492	284.719
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	206.664	66.191
7.06.02	Receitas Financeiras	206.664	66.191
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	404.156	350.910
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	404.156	350.910
7.08.01	Pessoal	44.340	37.736
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.024	33.699
7.08.01.02	Benefícios	1.355	1.396
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.961	2.641
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-164	55.812
7.08.02.01	Federais	-10.771	43.669
7.08.02.02	Estaduais	10.471	12.003
7.08.02.03	Municipais	136	140
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	405.993	255.707
7.08.03.01	Juros	355.506	255.508
7.08.03.02	Aluguéis	67	67
7.08.03.03	Outras	50.420	132
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-46.013	1.655
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-46.013	1.655

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Conclusão da operação de Combinação de negócios com a SLC Agrícola

Em 01 de agosto de 2021, os membros do Conselho de Administração aprovaram:

1. confirmação de que os compromissos e obrigações que deveriam ter sido cumpridos antes ou até a data de fechamento no âmbito do Acordo de Associação foram devidamente verificados e cumpridos;
2. ratificação das deliberações tomadas na Reunião deste Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2021, que aprovou o fechamento e **consumação Incorporação de Ações nesta data**, e especificamente, conforme previsto na Cláusula 5.5.1 do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações;
3. confirmou que foram cumpridas todas as condições precedentes da Incorporação de Ações, nos termos e condições do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações; (b) registrar a data de 1º de agosto de 2021, como a data de eficácia da Redução de Capital da Companhia no montante total de R\$ 673.588.231,59 (seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), passando o capital social da Companhia de R\$ 2.780.678.140,30 (dois bilhões, setecentos e oitenta milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais e trinta centavos) para R\$ 2.107.089.908,71 (dois bilhões, cento e sete milhões, oitenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e um centavos) aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária no dia 29 de abril de 2021; e
4. Registrou a data de 1º de agosto de 2021, como a data de consumação da Incorporação de Ações, desta forma a Terra Santa Agro S.A. (operação) passa a ser subsidiária integral da SLC Agrícola.

Desempenho Operacional

O algodão atualmente está com 56% da área colhida com estimativa atual de 1.840 kg por hectare, média 1ª e 2ª safra, 4,1% superior ao projeto inicial e 7,4% a média nacional segundo relatório de levantamento de safras CONAB de julho/2021. A colheita do milho já está quase finalizada, com 97,14% colhido, com uma produção de 5.522 hg/ha, ou seja 20,5% inferior ao orçado.

Desempenho Financeiro

No trimestre e semestre o Lucro Líquido foi negativo no montante de R\$3.514 e 41.796, respectivamente. O EBITDA Ajustado apurado no trimestre atingiu R\$17,6 milhões e no semestre 177,2 milhões, apresentando queda de 77,9% e 84,5% em relação ao mesmo período do anterior.

A Administração.

Notas Explicativas

1 Informações gerais

1.1 Atividades operacionais

A Terra Santa Agro S.A ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/no 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3). Em 10 de agosto de 2021 foi protocolado o pedido de cancelamento de registro de Companhia aberta em virtude da conclusão da combinação de negócio. Conforme detalhado na Nota 33, a partir de 1º de agosto de 2021, a SLC Agrícola S.A. ("SLC") passou a controlar a Companhia.

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros; e
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas.

A partir de 1º de agosto de 2021, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2, essas atividades serão exploradas em terras de propriedade da TS Brasil S.A. ("TS Brasil") e de terceiros na modalidade de arrendamento (Nota 33).

1.2 Reorganização societária

Os acionistas da Companhia finalizaram o processo de reorganização societária para viabilizar a venda da operação agrícola para a SLC, conforme fato relevante divulgado ao mercado em 26 de novembro de 2020. As terras e benfeitorias localizadas nessas propriedades, pertencentes à sua controlada TS Brasil, e que foram até 30 de junho de 2021, exploradas pela Companhia em regime de parceria agrícola, não integraram o acervo vendido.

Como resultado dessa reestruturação, a Companhia criou uma subsidiária direta, denominada Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("TS Agro"), que obteve registro no Novo Mercado e fará a gestão das referidas terras e benfeitorias. Os acionistas da TS Agro são os mesmos acionistas da Companhia antes da conclusão da reorganização societária, mantendo a mesma estrutura acionária.

Essa reorganização societária incluiu os seguintes passos:

- Em 26 de novembro de 2020, foi celebrado Memorando de Entendimento entre a Companhia e a SLC ("Memorando"), não vinculante, visando uma combinação de negócios entre as empresas, através da aquisição da operação agrícola da Companhia pela SLC por incorporação. O Memorando também esclarece que as terras e benfeitorias não serão envolvidas nessa transação;
- Em 7 de janeiro de 2021 essa transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e, em 25 de março de 2021 foi assinado o Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para a implementação da referida combinação dos negócios;

Notas Explicativas

- Em 11 de janeiro de 2021, foi constituída a TS Agro com capital social subscrito de R\$ 500,00 (quinhentos reais), representado por 500 (quinhentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 200,00 (duzentos reais) já integralizados;
- Em 31 de março de 2021, a Companhia integralizou, na TS Agro, acervo líquido representado por ativos e passivos, avaliados em R\$ 673.588, conforme custo contábil, com a emissão de 673.588.731 ações da TS Agro;
- Em 28 de abril de 2021, foi aprovada a redução do capital da Companhia, com a entrega das ações da TS Agro para os seus acionistas, com a sua efetivação sujeita ao transcurso do prazo de 60 dias para a oposição de credores, bem como a superação de cumprimento de condições do Acordo. Adicionalmente, em 21 de junho de 2021, foi aprovada a incorporação das ações da Companhia pela SLC, também sujeita às mesmas condições retro mencionadas. Essas operações foram efetivadas e implementadas em 1º de agosto de 2021;
- Em 14 de julho de 2021, a TS Agro obteve o registro de companhia aberta na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e, em 15 de julho de 2021, a TS Agro foi listada no segmento do Novo Mercado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em linha com o plano inicial dos acionistas da Companhia; e
- Em 1º de agosto de 2021, foi efetivada a formalização do contrato de arrendamento das terras e benfeitorias controladas pela TS Agro para a Companhia, por um prazo de 20 anos e com preço definido em 17 sacas de soja por hectare ao ano, a serem renegociados a cada 3 anos, acrescido de R\$ 70.000 para nessa mesma data, e que também compõem o custo do referido arrendamento a ser apropriado ao longo do prazo do contrato de forma linear (Nota 33).

1.3 Ativos e passivos contingentes decorrentes do acordo de associação

No âmbito do acordo, os acionistas da Companhia em 30 de junho de 2021, por meio da TS Agro, estabeleceram a obrigação, irrevogável e incondicional, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a Companhia, após 1º de agosto de 2021, decorrente de perdas provenientes de período anterior à referida data.

Nos termos do acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à Companhia, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC nessa combinação de negócios. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado de R\$ 250.000, observadas as exceções previstas no Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela SLC para com os acionistas da Companhia, também por meio da TS Agro, contra toda e qualquer perda decorrente de ou relacionadas a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela SLC, de qualquer obrigação contida no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da SLC também se limitará ao valor de R\$ 250.000, observadas as exceções previstas no acordo.

O Acordo também determina que a Companhia manterá o registro contábil, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis, de determinados ativos e passivos em suas demonstrações financeiras, os quais compreendem provisão para contingências classificadas como perda provável, créditos tributários, títulos a pagar e a receber, entre outros ativos, passivos e teses jurídicas materializadas ou não. Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados da TS Agro no mesmo momento em que forem monetizados ou liquidados pela Companhia. Em 30 de junho de 2021, esses direitos e obrigações, registrados na Companhia, e que serão transferidos, são estimados nos seguintes montantes:

Notas Explicativas

Títulos a receber	5.021
Tributos a recuperar	54.613
Depósitos judiciais	4.768
Propriedades para investimentos	3.400
Títulos a pagar	(4.773)
Provisão para contingências	(23.478)
Ativos e passivos, líquidos	<u>39.551</u>

1.4 Situação econômica e financeira da Companhia

Em 30 de junho de 2021, a Companhia e o Consolidado apresentaram capital circulante líquido negativo em R\$ 75.677 e R\$ 125.193, respectivamente, substancialmente representados pelos passivos bancários, fornecedores e passivos de arrendamentos exigíveis nos próximos 12 (doze) meses.

A despeito de a Companhia estar em processo de combinação de negócios com a SLC (Notas 1.2 e 33), com potencial alteração na estratégia de liquidação de suas dívidas após a conclusão da operação, a Administração mantém o acompanhamento das alternativas existentes para o financiamento de suas atividades operacionais e a manutenção da sua capacidade de liquidação das obrigações contratadas.

Nesse contexto, a Administração, com base na capacidade financeira da controladora da Companhia na data de aprovação dessas demonstrações financeiras, confirma a sua intenção de liquidação e não renovação de todos os passivos bancários da Companhia incluindo as dívidas de custeio e de capital de giro, em aberto na data base dessas demonstrações financeiras.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a gestão de recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir as obrigações pactuadas com seus credores.

1.5 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

O exercício de 2020 e o primeiro semestre de 2021 trouxeram consigo um grande desafio causado pela pandemia ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), trazendo sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros.

Dentro deste novo contexto, o agronegócio é um dos setores menos impactados até o momento. Neste período, a Companhia não teve situação de renegociação de recebíveis por parte dos clientes e não identificou indicadores que pudessem aumentar o risco de não recebimento de seus ativos financeiros. Ademais, não houve qualquer redução nos níveis de atividade da Companhia e a produção agrícola continua ocorrendo normalmente nas suas unidades operacionais.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações financeiras foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas informações financeiras trimestrais - ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de

Notas Explicativas

2020, publicadas em 10 de março de 2021, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Em 13 de agosto de 2021, foi autorizada pela administração da Companhia a conclusão das informações trimestrais – ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2021, estando aprovadas para divulgação.

2.2 *Hedge accounting*

Em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício. O saldo de R\$ 90.950 contabilizado na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” será registrado no resultado conforme cronograma de realização do objeto de hedge, estimado para o resultado dos exercícios de 2021 a 2022.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de *hedge* de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

2.3 **Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas são incluídas nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de consolidação consistente com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na Nota 2.2 daquelas demonstrações financeiras.

2.4 **Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência

Notas Explicativas

histórica e em outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias e a Companhia declara que permanecem válidas como descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

2.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações estão em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e a sua adoção não teve impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- **Alterações ao IAS 1/CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8/CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” IFRS 9/ CPC 48 – Instrumentos Financeiros, IAS 39/ CPC 38 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração e IFRS 7/ CPC 40 – Instrumentos financeiros - Evidenciação, IFRS 4/ CPC 11 - Contratos de Seguro e IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). Os contratos da Companhia e de suas controladas vinculados a LIBOR foram revistos e a administração espera atualizá-los por taxas alternativas equivalentes, assim que a taxa LIBOR não estiver mais disponível. A Administração concluiu que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

Adicionalmente, as seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Com base na avaliação da Administração, a adoção dessas normas pelo Grupo não terá impactos relevantes em suas informações contábeis.

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado":** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Notas Explicativas

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Bancos em moeda nacional	38	15.942	10.623	50.140
Bancos em moeda estrangeira	6.662	32.307	6.662	32.308
Aplicações financeiras (i)	3	357	12.403	356
	<u>6.703</u>	<u>48.606</u>	<u>29.688</u>	<u>82.804</u>

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa, a taxa média anual de rendimentos incidente sobre aplicações financeiras em 30 de junho de 2021, varia entre 90% a 100% do CDI. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha.

Notas Explicativas

4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Clientes em moeda nacional	16.764	3.449	16.960	3.650
Clientes em moeda estrangeira	1.283	16.235	1.283	16.235
	18.047	19.684	18.243	19.885
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.651)	(699)	(1.651)	(895)
	<u>16.396</u>	<u>18.985</u>	<u>16.592</u>	<u>18.990</u>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
A vencer:				
Até 30 dias	600	17.329	600	17.335
De 91 a 180 dias	16.217		16.217	
Vencidos:				
Até 30 dias (i)	165	1.351	165	1.351
De 31 a 90 dias	984	523	984	523
De 91 a 180 dias		62		62
Acima de 180 dias	81	419	277	614
	<u>18.047</u>	<u>19.684</u>	<u>18.243</u>	<u>19.885</u>

- (i) Os valores vencidos foram substancialmente recebidos até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(699)	(2.053)	(895)	(2.072)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(1.650)	(940)	(1.650)	(1.117)
Valores recuperados no exercício	698	2.294	698	2.294
Reversão de provisão			196	
Saldo final	<u>(1.651)</u>	<u>(699)</u>	<u>(1.651)</u>	<u>(895)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas".

5 Títulos a receber

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Por venda de ativo fixo	5.874	9.981	6.294	10.401
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.964	4.936	4.964	4.936
Outros créditos (i)	415	12.371	415	12.371
(-) Ajuste a valor presente	(178)	(175)	(178)	(175)
(-) Provisão para <i>impairment</i>	(6.054)	(8.410)	(6.076)	(8.432)
	5.021	18.703	5.419	19.101
Circulante	(4.435)	(5.677)	(4.833)	(6.075)
Não circulante	586	13.026	586	13.026

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, refere-se substancialmente ao valor da indenização de sinistro causado pelo incêndio na unidade Beneficiadora de Algodão Terra Santa - Deciolândia (MT), o fogo teve início em uma fazenda vizinha, o qual acabou se alastrando, por conta dos fortes ventos, para o pátio de armazenagem de algodão em pluma. A ocorrência foi indenizada em 30 de abril de 2021, conforme cobertura de apólice de seguro contra incêndio (Nota 30).

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
A vencer:				
Até 30 dias	175	210	175	210
De 31 a 90 dias	1.241	713	1.241	713
De 91 a 180 dias	616	1.186	616	1.186
Acima de 180 dias	2.756	15.531	2.756	15.531
Vencidos:				
Até 30 dias	167		167	
De 31 a 90 dias	182		182	
De 91 a 180 dias	441	1.199	441	1.200
Acima de 180 dias (i)	5.675	8.449	6.095	8.868
	11.253	27.288	11.673	27.708

- (i) Os valores não provisionados foram substancialmente recebidos até a data de publicação destas demonstrações financeiras.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(8.410)	(9.639)	(8.432)	(9.672)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(662)	(1.975)	(662)	(1.975)
Valores recuperados no exercício	3.018	3.204	3.018	3.215
Saldo final	(6.054)	(8.410)	(6.076)	(8.432)

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação (i)	23.337	150.357	23.477	150.357
Produtos agrícolas - ajuste ao valor realizável líquido (ii)	4.249	125.727	4.249	125.727
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	133.743	270.976	133.743	270.976
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	21.868	6.294	21.865	6.294
Gastos de manutenção nas entressafras (iv)	37.166	37.493	37.538	39.304
Outros estoques	12.557	18.844	12.603	18.848
(-) Provisão para <i>impairment</i> (iii)	(763)	(1.276)	(763)	(1.276)
	232.157	608.415	232.712	610.230

- (i) Em 30 de junho de 2021, 33.043 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$17.000, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2020 – 8.463 toneladas, no montante aproximado de R\$ 64.000). O montante total cedido em garantia, inclui também, saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.
- (ii) Esses valores contemplam a marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 13.457 (ganho) na controladora e no consolidado (ganho de R\$155.428 em 31 de dezembro de 2020, na controladora e consolidado) e perda de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola no montante de R\$ 9.208 na controladora e no consolidado (perdas de R\$ 29.701 em 31 de dezembro de 2020 na controladora e no consolidado).
- (iii) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização.
- (iv) Refere-se à custos para preparo de solo e manutenções agrícolas acumulados no período entre o fim da colheita – da principal ou das principais culturas – e o início do plantio da próxima safra das respectivas culturas. Em 30 junho de 2021, o saldo de R\$ 37.166 será substancialmente apropriado à cultura de soja assim que iniciado o seu plantio (2020 – R\$ 37.493, substancialmente apropriado às culturas de algodão e milho).

A movimentação da provisão para *impairment*, na controladora e no consolidado, é assim demonstrada:

Notas Explicativas

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	(1.276)	(2.871)
Adições	(644)	(357)
Reversões	1.157	1.952
Saldo final	<u>(763)</u>	<u>(1.276)</u>

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

7 Ativos biológicos (Controladora e Consolidado)

7.1 Movimentação - 1º de janeiro a 30 de junho de 2021

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2021	10.223	181.185	3.631	5.112	209.843
Aumento decorrente de plantio e tratos culturais	274.154	71.254	83.006	7.138	435.552
Redução decorrente da colheita	(7.200)	(304.258)	(75.612)	(5.831)	(392.901)
Variação do valor justo	77.029	51.819	34.168	711	163.727
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2021	<u>354.206</u>	<u> </u>	<u>45.193</u>	<u>10.999</u>	<u>416.221</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo	224.875		18.933	5.620	249.428
Lavouras avaliadas ao custo de formação	129.331		26.260	203	166.793
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2021	<u>354.206</u>	<u> </u>	<u>45.193</u>	<u>10.999</u>	<u>416.221</u>

7.2 Movimentação - 1º de janeiro a 30 de junho de 2020

	Controladora e Consolidado				
	Algodão	Soja	Milho	Outras culturas	Total
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2020	860	205.282	579	6.852	213.573
Aumento decorrente de plantio e tratos culturais	241.741	68.016	52.364	6.969	369.090
Redução decorrente da colheita	(21.589)	(239.301)	(26.285)	(4.646)	(291.821)
Variação do valor justo	151.942	(33.997)	3.531		121.476
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2020	<u>372.954</u>	<u> </u>	<u>30.189</u>	<u>9.175</u>	<u>412.318</u>
Ativos biológicos avaliados a valor justo	348.643		28.058		376.701
Lavouras avaliadas ao custo de formação	24.311		2.133	9.175	35.619
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2020	<u>372.954</u>	<u> </u>	<u>30.191</u>	<u>9.175</u>	<u>412.320</u>

Em 30 de junho de 2021, a Companhia explora cerca de 83,7 mil hectares de terras cultiváveis (83,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2020), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III - Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo, para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

7.3 Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para soja e milho de 15 kg (uma arroba) para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.

Notas Explicativas

- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha). O preço do milho e da soja são obtidos partindo das cotações disponíveis em mercados ativos, deduzindo os gastos necessários para venda.
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo em 30 de junho dos ativos biológicos são como segue:

	Controladora e Consolidado					
	Algodão		Milho		Eucalipto	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Área total estimada de colheita (ha)	36.002	40.250	23.863	25.136	437	437
Área total em estágio de marcação (ha)	35.235	38.442	22.812	16.084	437	437
Produtividade prevista em arrobas/sacas/m ³	276	289	98	105	288	265
Preço em U\$	10,58	7,80	4,46	5,59	7,20	6,51
Câmbio	5,00	5,48	5,00	5,48	5,00	5,48
Taxa de desconto (%)	6,00	8,00	6,00	8,00	6,00	6,00

7.4 Análise de sensibilidade

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

A Administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade, o preço da *commodities* e a taxa de câmbio. Neste contexto, se as premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 30 de junho de 2021, a rubrica "Ativo Biológico" e consequentemente a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" seriam impactadas por R\$ 43.121 e (R\$ 35.437) respectivamente.

Notas Explicativas

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
PIS	7.158	6.731	10.806	10.331
COFINS	30.011	31.466	49.704	51.088
IRRF	29.278	29.277	39.390	39.112
CSLL	9.915	9.915	10.143	10.143
ICMS	4.987	4.996	4.987	4.996
FUNRURAL (i)	20.702	23.212	20.702	23.212
Outros tributos	1.518	1.518	4.117	4.174
(-) Provisão para impairment	(48.956)	(48.956)	(53.152)	(53.152)
	54.613	58.159	86.697	89.904
Circulante	(25.014)	(28.555)	(31.916)	(35.118)
Não circulante	29.599	29.604	54.781	54.786

- (i) Refere-se ao valor reconhecido de indébito do Funrural nas vendas com fim específico de exportação, o montante é composto de principal mais atualização SELIC e foram reconhecidos inicialmente pelo valor de R\$ 23.212, dos quais R\$ 2.510 já foram compensados. A realização dos valores ocorre por meio de: (i) compensação com débitos federais sejam tributários e/ou previdenciários, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

A Companhia e a controlada TS Brasil possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo. As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

Em 2021 e 2020 não ocorreram movimentação na provisão para *impairment* de tributos a recuperar.

Pedidos de restituição

Em 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS, os quais envolvem valores equivalentes a R\$ 23.768. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento.

No entanto, no que tange à Companhia, foi apresentada documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. No final de 2017 e no primeiro trimestre de 2018, foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 13.086, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários. Nesse sentido, em 14 de abril de 2020, foi depositado na conta corrente da Companhia o valor atualizado do montante deferido, conforme indicado acima, com correção pela taxa SELIC, obtida via decisão judicial.

Adicionalmente, frente aos pedidos da Companhia e sua controlada, houve indeferimento de uma parte dos créditos pelas autoridades fiscais, no montante aproximado de R\$ 14.603. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal, cujo prazo estimado para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Receita Federal do Brasil ("RFB"). A Companhia entende que o direito postulado é plausível e, portanto, não constitui provisão para perdas. Todavia, tendo em vista a inobservância do prazo de 12 meses sem qualquer manifestação da RFB, a Companhia está avaliando as medidas cabíveis para agilizar

Notas Explicativas

a análise das manifestações de inconformidade por parte das autoridades fiscais. Contudo, antes mesmo de tomar tal atitude, inclusive com fulcro tornar o direito mais plausível, foram juntados documentos (notas fiscais e laudo técnico) em junho e setembro de 2020, corroborando com o pedido realizado anteriormente. Até 30 de junho de 2021, não houve modificações relevantes no processo que pudessem modificar a expectativa de recuperabilidade dos referidos créditos.

9 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil utilizam a sistemática do lucro real, as demais controladas, conforme apresentado na Nota 11.3, utilizam a sistemática do lucro presumido, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

9.1 Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Créditos tributários sobre:				
Prejuízos fiscais acumulados	292.405	249.235	304.037	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	105.266	89.723	109.454	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para impairment	3.764	8.519	3.936	9.167
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	12.438	14.252	12.986	14.353
Ajuste a valor presente	3.822	6.741	3.822	6.741
Instrumentos financeiros derivativos	12.905	17.600	12.905	17.600
Provisão para perdas com tributos	1.698	1.698	1.698	1.698
Outras provisões temporárias	14.729	9.248	15.110	9.390
	<u>447.027</u>	<u>397.016</u>	<u>463.948</u>	<u>426.923</u>
Débitos tributários sobre:				
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	22.506	44.263	22.506	44.263
Custo atribuído	1.906	6.710	122.912	127.912
Ajuste a valor presente	1.243	4.359	1.243	4.359
Arrendamentos	8.511	1.794	8.511	1.794
Amortização de ágio	93.665	93.665	93.665	93.665
Variação cambial - Hedge fluxo de caixa	30.923		30.923	
Depreciação acelerada incentivada	14.594		14.594	
Outras provisões temporárias		4.700		4.700
	<u>173.348</u>	<u>155.491</u>	<u>294.354</u>	<u>276.693</u>
Créditos tributários, líquidos	273.679	241.525	273.679	241.525
Débitos tributários, líquidos			(104.085)	(91.295)
Total líquido	<u>273.679</u>	<u>241.525</u>	<u>169.594</u>	<u>150.230</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das demonstrações financeiras, apenas quando for provável que a Companhia e a controlada TS Brasil apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Em 2020, a Administração identificou erros nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social de anos anteriores, e recalculou o montante dos créditos tributários diferidos não registrados. Esses ajustes não provocaram qualquer impacto nos tributos diferidos reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, uma vez que o montante dos ajustes efetuados nas bases fiscais foi inferior aos créditos tributários não reconhecidos contabilmente.

Adicionalmente, conforme orientação dos seus assessores tributários, como parte desses ajustes, a Administração recompôs as referidas bases com as despesas de variação cambial vinculadas às operações de hedge accounting, que estão registradas na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Os tributos diferidos resultantes dessa inclusão foram registrados como débitos tributários diferidos em 2021,

Notas Explicativas

quando também houve com o reconhecimento dos créditos tributários correspondentes, conforme impacto verificado no saldo de prejuízo fiscal acumulado.

A Administração decidiu reconhecer fiscalmente a depreciação acelerada incentivada dos bens do ativo imobilizado que são parte da operação agrícola e, consequentemente, reconheceu passivo de tributo diferido no montante de R\$ 14.594.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas. Para as projeções do lucro tributável futuro foram utilizadas as mesmas premissas para a avaliação do teste de ágio, conforme divulgado na Nota 15.4.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Em 2021	22.182	6%	37.494	9%
Em 2022	26.667	7%	27.175	7%
Em 2023	45.656	11%	45.656	11%
Em 2024	44.444	11%	44.444	11%
Em 2025	50.248	13%	50.248	12%
Entre 2026 a 2028	208.474	52%	208.474	51%
	<u>397.671</u>	<u>100%</u>	<u>413.491</u>	<u>101%</u>

Em 30 de junho de 2021, os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente, são de R\$ 129.941 (2020 - R\$ 98.417), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Notas Explicativas

9.2 Conciliação do crédito (despesa) efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(78.166)	20.206	(65.377)	36.000
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	26.576	(6.870)	22.228	(12.240)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	6.212	10.410		
Despesas não dedutíveis	(1.883)	(11.728)	(4.281)	(11.742)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(1.444)	(10.363)	(1.444)	(10.363)
Outros	2.692		2.861	
No resultado do exercício	32.153	(18.551)	19.364	(34.345)

10 Partes relacionadas

10.1 Saldos

Em 30 de junho de 2021, os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI. O contrato entre as partes tem o vencimento para janeiro de 2022. Conforme mencionado na Nota 1.2 o saldo passivo de mútuo foi incluído no acervo para constituição do capital da subsidiária TS Agro.

	Controladora	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Ativo não circulante		
Mútuo		
TS Brasil S.A.	9.484	
TS Agro S.A.	13.476	
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	444	422
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	16	16
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	<u>23.424</u>	<u>442</u>
Passivo não circulante		
TS Brasil S.A.		55.237
		<u>55.237</u>

10.2 Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no exercício são como segue:

Notas Explicativas

Operações	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Compras de mercadorias e produtos (i)	(41.113)	(41.459)		(41.459)
Resultado com alugueis e arrendamentos (ii)	(212)	(259)	(212)	(259)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo (iii)	(901)	(2.291)		(2.291)
Resultado com plano de incentivo (iv)	994	(953)	994	(953)
Venda de bens do ativo imobilizado (v)	40.870			
Venda de ativos classificados como propriedades para investimentos (Nota 12)	9.763			

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja e milho).
- (ii) Refere-se ao condomínio de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia.
- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia.
- (iv) Plano de incentivo de adesão voluntária destinado a diretoria estatutária.
- (v) Em 28 de fevereiro de 2021, no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2, a Companhia firmou contrato de compra e venda de ativos com a TS Brasil, substancialmente representados por benfeitorias realizadas nas propriedades agrícolas da TS Brasil. Essa operação foi realizada pelo valor residual que esses ativos estavam registrados. A Administração entende que o custo contábil é a melhor referência para o registro dessa operação, em linha com as demais transações que envolveram a referida reorganização societária. Essas operações foram liquidadas a vista com saldo de mútuo.

11 Investimentos (Controladora)**11.1 Composição dos investimentos**

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Investimento	674.592	656.624
Mais-valia das terras		192.490
Ágio	275.484	275.484
	<u>950.076</u>	<u>1.124.598</u>

11.2 Movimentação dos investimentos**Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021**

	Mais-valia das terras	Ágio	TS Agro S.A.	TS Brasil S.A.	Total
Movimentação dos investimentos:					
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	192.490	275.484		656.624	1.124.598
Distribuição de dividendos				(31.818)	(31.818)
Resultado de equivalência patrimonial			1.001	17.269	18.270
Adequação da estrutura de capital para reorganização societária (i)	(192.490)		673.588	(642.075)	(160.977)
Saldos em 30 de junho de 2021	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>	<u>674.592</u>	<u>674.592</u>	<u>950.076</u>

- (i) Refere-se aos efeitos da reestruturação societária conforme mencionado na nota 1.2.

Período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Notas Explicativas

	Mais-valia das terras	Ágio	TS Brasil S.A.	Total
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	192.490	275.484	765.376	1.233.350
Redução de capital social			(145.465)	(145.465)
Resultado de equivalência patrimonial			36.713	36.713
Saldos em 31 de dezembro de 2020	192.490	275.484	656.624	1.124.598

11.3 Informações sobre as investidas

Em 30 de junho de 2021

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
TS Agro S.A.	100,00%	836.814	160.489	676.325		18.270	18.270
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)			
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		531	(531)			
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							18.270
							18.270
Resultado de equivalência patrimonial							18.270

Em 31 de dezembro de 2020

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	Receita líquida	Resultado do exercício	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	749.232	94.984	654.248	42.645	30.622	30.622
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%		1.490	(1.490)			
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%		529	(529)		(3)	(3)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%		2	(2)			
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%		2	(2)			
							30.619
							30.621
Resultado de equivalência patrimonial							30.621
Provisão para perdas em investimentos							(2)

Os fluxos de caixa das controladas impactam as demonstrações financeiras consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	Controladora	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Buriti Agrícola Ltda.	530	530
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	1.490	1.490
	2.024	2.024

11.4 Ágio e mais valia sobre investimentos

Notas Explicativas

	Vida útil	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Mais-valia das terras (i)	Indefinida		192.490
Ágio (ii)	Indefinida	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
		<u>275.484</u>	<u>467.974</u>

- (i) A mais valia de terras é originária da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Em 31 de março de 2021, a referida mais valia foi integralizada no capital social da TS Agro, no contexto da reorganização societária mencionada na Nota 1.2.
- (ii) O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda, em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A), e da Vanguarda Participações S.A., em 6 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Esses valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago ("PPA"), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 03 de outubro de 2012, respectivamente, e está relacionado ao resultado das operações agrícolas da Companhia. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na Nota 15.

12 Propriedade para investimento

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados na cidade de Rosário do Sul – RS e, a partir de junho de 2020, também pelo prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum – MT, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Companhia obteve receitas de aluguéis dos imóveis supracitados no montante de R\$ 150 e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 404. (em 30 de junho de 2020 - R\$ 311).

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	13.498	4.190	13.498	4.190
Adição		10.170		10.170
Baixa para adequação da estrutura de capital	(9.763)			
(-) Depreciação	<u>(335)</u>	<u>(862)</u>	<u>(404)</u>	<u>(862)</u>
Saldo final	<u>3.400</u>	<u>13.498</u>	<u>13.094</u>	<u>13.498</u>

13 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento (Controladora e consolidado)

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de soja em grãos. As oscilações dos preços dessa *commodity* são reconhecidas mensalmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja de fechamento, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Notas Explicativas

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento; e
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

13.1 Movimentação dos arrendamentos

As informações sobre os ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos da Companhia estão representadas da seguinte forma:

Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021 (Controladora e Consolidado).

Direito de uso	Saldo inicial	Remensuração	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	288.999	16.952	(32.472)	273.479
Imóveis	2.358	204	(307)	2.255
Total	291.357	17.156	(32.779)	275.734

Passivo de arrendameto	Saldo inicial	Remensuração	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	323.257	16.952	18.611	(74.581)	284.239
Imóveis	2.455	204	57	(357)	2.359
Total	325.712	17.156	18.668	(74.938)	286.598
Circulante					(56.102)
Não Circulante					230.496

Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Controladora e Consolidado).

Direito de uso	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Depreciação	Saldo final
Terras para exploração	190.999	4.339	145.003	(51.342)	288.999
Imóveis	1.023	1.569	371	(605)	2.358
Veículos	1.112			(1.112)	
Total	193.134	5.908	145.374	(53.059)	291.357

Passivo de arrendameto	Saldo inicial	Adições	Remensuração	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo final
Terras para exploração	199.899	4.339	145.003	22.551	(48.535)	323.257
Imóveis	1.021	1.569	371	153	(659)	2.455
Veículos	1.227			261	(1.488)	
Total	202.147	5.908	145.374	22.965	(50.682)	325.712
Circulante						(52.389)
Não Circulante						273.323

Adicionalmente, conforme divulgado na Nota 1.2, no contexto da reorganização societária do Grupo, em 1º de agosto de 2021, a Companhia firmou contrato de arrendamento de terras e benfeitorias com a

Notas Explicativas

TS Brasil, o qual deverá, no reconhecimento inicial, aumentar o valor do ativo de direito de uso no montante estimado de R\$ 830.000.

13.2 Contratos vigentes, prazo e taxa de desconto

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía contratados 42.993 hectares (em 31 de dezembro de 2020 – 42.993 hectares) de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2035 conforme abaixo discriminado:

Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	14.965	2035	16,40
Ribeiro do Céu	Nov a Mutum	Mato Grosso	2.427	2022	15,45
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	14.693	2023	13,12
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	7.570	2024	12,14
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	620	2025	16,00
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	2.718	2026	9,84
			<u>42.993</u>		

A Companhia calculou suas taxas de desconto considerando as particularidades de seu segmento e riscos de suas atividades para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“spread” de crédito).

A tabela abaixo evidencia os prazos dos contratos, bem como as respectivas taxas praticadas pela Companhia:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa média % a.a.
1	8,66%
2	8,68%
3	8,64%
4	8,65%
5	8,65%
7	8,74%
8	8,90%
10	8,94%
15	9,04%

13.3 Cronograma de amortização

Os vencimentos das parcelas registradas no passivo estão demonstrados como segue:

Cronograma de amortização	
	Total
2021	5.375
2022	59.232
2023	34.208
2024	21.831
2025	14.642
2027 a 2030	76.420
2031 a 2035	113.613
	<u>325.321</u>

Notas Explicativas

A Companhia tem a expectativa de recuperação de PIS e COFINS advindos dos pagamentos das contraprestações de arrendamento conforme cronograma de amortização:

Fluxo de Caixa	Cronograma de amortização	
	Nominal	Ajustado a Valor Presente
Contraprestação do arrendamento (i)	74.410	64.767
PIS e COFINS	6.883	5.991

- (i) A expectativa de recuperação de PIS e COFINS pela Companhia tem como premissa os pagamentos de contraprestações de arrendamento destinados a pessoa jurídica.

(ii)

13.4 Renovações de contratos de arrendamentos

A Companhia possui contrato de parceria agrícola firmado junto a Fazenda São Benedito, de forma contínua e reiterada, desde 2007, o qual foi renovado pelo período de 15 (quinze) anos, mediante de Termo de Intenção firmado em abril de 2018 e ratificado através de Contrato de Parceria firmado em 2020, com término em 2035. A despeito do Termo de Intenção e Contratos firmados, há pendência de definição em litígio judicial envolvendo o antigo proprietário do imóvel e um terceiro credor, o que tem a potencialidade de impactar a manutenção da posse pela Companhia sobre a área objeto de parceria agrícola. Independentemente deste cenário fático-jurídico, a Companhia, respaldada por seus assessores legais, tem convicção na manutenção da posse da referida área pelo período contratual (15 anos) e envidará todos os esforços e medidas legais cabíveis e permitidas para ter seu direito preservado e assegurado.

Adicionalmente, a Companhia possui contrato de arrendamento de terras junto à Massa Falida Zulli (Fazenda Sete Placas), para o qual está em andamento uma ação declaratória pleiteando a sua renovação automática, os andamentos dessas discussões indicaram que há algum risco da Companhia não mais contar com a referidas áreas em suas atividades operacionais. Nesse contexto, o departamento jurídico da Companhia monitora a evolução desses temas e, até 30 de junho de 2021, não há indicativos de perda provável como resultado dessas ações.

13.5 Divulgações complementares

A Companhia apresenta a seguir os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento descontados pela taxa nominal:

Notas Explicativas

Fluxo dos contratos de arrendamentos	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	410.034	336.689	289.499	255.471	229.423
Fluxo com projeção da inflação	423.056	302.868	259.787	236.526	219.178
Variação	3,18%	-10,05%	-10,26%	-7,42%	-4,47%
Direito de uso					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	233.214	186.356	152.629	133.469	118.645
Fluxo com projeção da inflação	241.014	164.323	134.249	121.995	112.801
Variação	3,34%	-11,82%	-12,04%	-8,60%	-4,93%
Despesas financeira					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(24.139)	(43.888)	(60.522)	(75.406)	(89.014)
Fluxo com projeção da inflação	(24.547)	(42.054)	(56.791)	(70.398)	(83.206)
Variação	1,69%	-4,18%	-6,16%	-6,64%	-6,52%
Despesa com depreciação					
Contábil - IFRS16 16/CPC 06(R2)	(58.143)	(105.001)	(138.728)	(157.888)	(172.712)
Fluxo com projeção da inflação	(59.078)	(98.398)	(127.268)	(144.506)	(158.410)
Variação	1,61%	-6,29%	-8,26%	-8,48%	-8,28%

Para projeção de inflação futura a Companhia utilizou o preço da soja disponível no mercado futuro até a data disponível, inflacionado pelo IPCA - FGV acumulado.

14 Imobilizado

14.1 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	1.129		(1.129)		
Edificações e instalações	31.415	27	(29.569)	(1.457)	416
Máquinas e equipamentos	239.106	6.292	(60.240)	4.259	189.417
Veículos	15.301	19	(908)	45	14.457
Aeronaves	14.175		(2.558)		11.617
Móveis e utensílios	10.459	180	(449)	64	10.254
Imobilizações em curso	5.897	6.346	(4.485)	(5.206)	2.552
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10		(10)		
Correção de solo	108.536		(7.973)	1.305	101.868
Outros imobilizados	3.766	21	(651)	990	4.126
Total	429.794	12.885	(107.972)		334.707

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas (i)	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	7%	(10.103)	(251)	9.386	825	(143)
Máquinas e equipamentos	7%	(150.477)	(8.370)	39.894	(427)	(119.380)
Veículos	5%	(11.138)	(395)	638	(22)	(10.917)
Aeronaves	5%	(5.096)	(327)	763		(4.660)
Móveis e utensílios	4%	(7.851)	(211)	372	13	(7.677)
Correção de solo	12%	(77.356)	(5.959)	7.919		(75.396)
Outros imobilizados	9%	(2.920)	(186)	632	(389)	(2.863)
Total		(264.941)	(15.699)	59.604		(221.036)

Notas Explicativas

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo líquidos		
Terras para exploração		1.129
Edificações e instalações	273	21.312
Máquinas e equipamentos	70.037	88.629
Veículos	3.540	4.163
Aeronaves	6.957	9.079
Móveis e utensílios	2.577	2.608
Imobilizações em curso	2.552	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado		10
Correção de solo	26.472	31.180
Outros imobilizados	1.263	846
Total	113.671	164.853

14.2 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	762.412				762.412
Edificações e instalações	98.120	81	(9.500)	(342)	88.359
Máquinas e equipamentos	255.173	1.993	(46.830)	4.693	215.029
Veículos	15.312		(638)	45	14.719
Aeronaves	14.175		(2.558)		11.617
Móveis e utensílios	10.490	103	(391)	85	10.287
Imobilizações em curso	5.897	11.912	(4.485)	(6.776)	6.548
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10		(10)		
Correção de solo	153.039		(10.832)	1.305	143.512
Outros imobilizados	3.766	2	(632)	990	4.126
Total	1.318.394	14.091	(75.876)		1.256.609

Depreciação (ii)	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	4%	(28.182)	(1.653)	9.466	825	(19.544)
Máquinas e equipamentos	7%	(154.876)	(9.296)	41.461	(427)	(123.138)
Veículos	5%	(11.147)	(395)	638	(22)	(10.926)
Aeronaves	5%	(5.097)	(326)	763		(4.660)
Móveis e utensílios	4%	(7.874)	(211)	386	13	(7.686)
Correção de solo	8%	(121.859)	(5.958)	10.832		(116.985)
Outros imobilizados	9%	(2.920)	(186)	632	(389)	(2.863)
Total		(331.955)	(18.025)	64.178		(285.802)

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo líquidos		
Terras para exploração	762.412	762.412
Edificações e instalações	68.815	69.938
Máquinas e equipamentos	92.196	100.297
Veículos	3.542	4.165
Aeronaves	6.957	9.078
Móveis e utensílios	2.601	2.616
Imobilizações em curso	6.548	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado		10
Correção de solo	26.473	31.180
Outros imobilizados	1.263	847
Total	970.807	986.440

Notas Explicativas

14.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Controladora)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Saldo final
Terras para exploração	1.129				1.129
Edificações e instalações	29.975	180	(17)	1.277	31.415
Máquinas e equipamentos	248.381	2.069	(17.622)	6.278	239.106
Veículos	21.193	183	(6.142)	67	15.301
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.535	178	(801)	547	10.459
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	91.513			17.023	108.536
Outros imobilizados	3.655	8	(6)	109	3.766
Total	424.642	30.680	(24.776)	(752)	429.794

Depreciação (ii)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(8.623)	(1.485)	5		(10.103)
Máquinas e equipamentos	(149.652)	(15.082)	14.257		(150.477)
Veículos	(14.207)	(895)	3.964		(11.138)
Aeronaves	(8.496)	(169)	3.569		(5.096)
Móveis e utensílios	(8.143)	(425)	717		(7.851)
Correção de solo	(64.922)	(12.434)			(77.356)
Outros imobilizados	(2.655)	(265)			(2.920)
Total	(256.698)	(30.755)	22.512		(264.941)

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	1.129	1.129
Edificações e instalações	21.312	21.352
Máquinas e equipamentos	88.629	98.729
Veículos	4.163	6.986
Aeronaves	9.079	5.679
Móveis e utensílios	2.608	2.392
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamento para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	846	1.000
Total	164.853	167.944

14.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Saldo final
Terras para exploração	762.413		(1)		762.412
Edificações e instalações	96.680	180	(17)	1.277	98.120
Máquinas e equipamentos	264.443	2.075	(17.623)	6.278	255.173
Veículos	21.205	184	(6.145)	68	15.312
Aeronaves	14.175				14.175
Móveis e utensílios	10.571	178	(806)	547	10.490
Imobilizações em curso	4.076	28.006	(132)	(26.053)	5.897
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	56	(56)		10
Correção de solo	136.016			17.023	153.039
Outros imobilizados	4.613	6	(8)	(844)	3.767
Total	1.314.202	30.685	(24.788)	(1.704)	1.318.395

Notas Explicativas

Depreciação (ii)	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações e instalações	(24.814)	(3.373)	5		(28.182)
Máquinas e equipamentos	(152.977)	(16.156)	14.257		(154.876)
Veículos	(14.215)	(896)	3.964		(11.147)
Aeronaves	(8.496)	(170)	3.569		(5.097)
Móveis e utensílios	(8.166)	(427)	719		(7.874)
Correção de solo	(109.425)	(12.434)			(121.859)
Outros imobilizados	(2.658)	(262)			(2.920)
Total	(320.751)	(33.718)	22.514		(331.955)

Saldo líquidos	2020	2019
Terras para exploração	762.412	762.413
Edificações e instalações	69.938	71.866
Máquinas e equipamentos	100.297	111.466
Veículos	4.165	6.990
Aeronaves	9.078	5.679
Móveis e utensílios	2.616	2.405
Imobilizações em curso	5.897	4.076
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	10	10
Correção de solo	31.180	26.591
Outros imobilizados	847	1.955
Total	986.440	993.451

- (i) Refere-se, substancialmente, à venda de ativos imobilizados para a controlada TS Brasil S.A (Nota 10). Essa operação faz parte do processo de reorganização societária Nota 1.2.
- (ii) Parcela da depreciação reconhecida no exercício está alocada nas rubricas de Ativos biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo exercício. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do exercício, conforme demonstrado na Nota 25 – Despesas por natureza.
- (iii) Uma parcela do ativo imobilizado foi transferida para a rubrica de Ativos biológicos, o valor corresponde ao custo de formação do Eucalipto, em 31 de dezembro de 2020 o Eucalipto foi mensurado em sua totalidade ao valor justo, conforme demonstrado na Nota 7 – Ativos biológicos.

14.5 Imobilizado dado em garantia

Em 30 de junho de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas estão garantidos por ativos imobilizados da TS Brasil, no montante de R\$ 553.822 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 524.747). Do referido montante, o valor de R\$ 86.417 está garantindo operações financeiras das controladas e R\$ 467.406 da Companhia (em 31 de dezembro de 2020 – R\$ 82.858 e R\$ 441.890, respectivamente).

Adicionalmente, em garantia de execução provisória trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da Companhia em penhora, cujo valor da averbação é de R\$ 16.375 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 16.375), referente ao processo trabalhista divulgado na Nota 20.4 e a processo tributário.

15 Intangível

Notas Explicativas

15.1 Controladora

	30 de junho de 2021		31 de dezembro de 2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	6.001	(5.239)	762
Outros intangíveis	174		174
	<u>6.175</u>	<u>(5.239)</u>	<u>936</u>

15.2 Consolidado

	30 de junho de 2021		31 de dezembro de 2020
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	6.871	(5.243)	1.628
Outros intangíveis	174		174
Ágio - Consolidado (<i>goodwill</i>)	275.484		275.484
	<u>282.529</u>	<u>(5.243)</u>	<u>277.286</u>

15.3 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Saldo inicial	1.429	960	276.913	276.445
Adições		629	969	628
(-) Amortização	(55)	(160)	(55)	(160)
(-) Baixa para adequação da estrutura de capital	(438)		(541)	
(=) Saldo final	<u>936</u>	<u>1.429</u>	<u>277.286</u>	<u>276.913</u>

15.4 Teste dos ágios para verificação de *impairment*

O ágio é alocado ao segmento agrícola, que é considerado pela Administração da Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). O valor recuperável dessa UGC é determinado com base no valor em uso dos ativos.

O valor em uso é determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso, em 31 de dezembro de 2020 foram estimadas pela Administração, com base em informações de mercado e de fontes internas, para refletir as condições econômicas atuais, e consideram:

- **Volumes de vendas** - a melhor estimativa da Administração, com base no desempenho passado, nas expectativas para o desenvolvimento do mercado, nas atuais tendências do setor, e as previsões de inflação para o longo prazo;
- **Preços de venda** - determinado com base na projeção dos preços das *commodities* de acordo com o plano de negócios da Companhia para o ano de 2021, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado de acordo com os contratos de vendas firmados e com os valores de mercado atuais. Nos anos seguintes, a atualização dos preços ocorreu de acordo com a projeção de mercado (CBOT e NYSE) e

Notas Explicativas

preço inflacionado pela expectativa de inflação americana (CPI);

- **Taxas de crescimento** - metas de inflação para o mercado nacional e norte-americano, estimada em aproximadamente, 3% (3% em 31 de dezembro de 2019);
- **Taxa de câmbio** - curva de dólar norte-americano divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- **Margem bruta** - a margem média atual aplicada sobre a receita estimada, considerando o *mix* de vendas e a expectativa de aumento de custos futuros das lavouras;
- **Outros custos operacionais** - representados pelos custos fixos, estimados com base na estrutura atual dos negócios, ajustados pelos aumentos inflacionários, sem considerar reestruturações futuras ou medidas de economias de custo; e
- **Taxa de desconto** - estimada em 9,43 % ao ano, depois dos impostos, que considera, entre outras variáveis, a estrutura de capital da Companhia e o custo de capital próprio e de terceiros. A taxa antes dos impostos em 31 de dezembro de 2020 é de 13,43% ao ano.

Como resultado dos testes efetuados, a Administração avaliou não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

15.5 Análise de sensibilidade:

Em 31 de dezembro de 2020, data base de realização do teste anual de *impairment*, o valor recuperável estimado foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 460.000. A Administração identificou que a principal premissa para a qual alterações razoavelmente possíveis poderiam resultar em valor recuperável igual ao valor contábil seria na variação da taxa de desconto (WACC). Neste contexto, se essa premissa fosse 10% maior o valor recuperável estimado seria superior em aproximadamente R\$ 242.000 e se fosse 10% menor o valor recuperável estimado superaria o valor contábil em R\$ 735.000, ou seja, ainda em cenários alternativos não ser necessário constituir provisão para *impairment* do ágio.

Em 30 de junho de 2021, considerando os impactos da reorganização societária do Grupo, a Administração entende não haver a necessidade de qualquer provisão para perda para o ágio registrado, haja vista que o resultado estimado da operação agrícola está sendo preservado.

16 Fornecedores

	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	281.466	237.663	281.466	237.663
Em moeda nacional	25.495	36.702	25.495	36.702
Diversos - em moeda nacional	15.143	16.071	15.186	16.087
	<u>322.104</u>	<u>290.436</u>	<u>322.147</u>	<u>290.452</u>

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 6,29% a.a. (2020 – 7,17% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 30 de junho de 2021 os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam US\$ 56.963 mil (em 31 de dezembro de 2020 - US\$ 47.989 mil, Controladora e Consolidado).

Notas Explicativas

17 Empréstimos e financiamentos

		Custo médio ponderado		Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Modalidade	Indexador						
Moeda Nacional							
Aquisição de Imobilizado	R\$	10,69% a.a.	8,06% a.a.	10.527	14.247	13.447	14.247
Crédito à Exportação	R\$	19,78% a.a.	10,39% a.a.	38.750	49.405	65.155	49.405
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	8,88% a.a.	9,30% a.a.	80.262	83.344	111.757	83.344
		12,74% a.a.	9,55% a.a.	129.539	146.996	190.359	146.996
Moeda Estrangeira							
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	5,15% a.a.	5,78% a.a.	652.618	950.939	702.098	950.939
		5,15% a.a.	5,78% a.a.	652.618	950.939	702.098	950.939
Total		6,77% a.a.	6,29% a.a.	782.157	1.097.935	892.457	1.097.935
Circulante				(287.521)	(482.035)	(362.348)	(482.035)
Não Circulante				494.636	615.900	530.109	615.900

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

Os vencimentos das parcelas que serão liquidadas após o período de doze meses, conforme datas de pagamentos vigentes na data de encerramento dessas informações contábeis intermediárias estão demonstrados como segue:

				Controladora
Modalidade	Saldo contábil	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Crédito à Exportação	27.992		27.992	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	2.667	1.000	1.667	
	30.659	1.000	29.659	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	463.977	44.243	88.486	331.248
	463.977	44.243	88.486	331.248
Total	494.636	45.243	118.145	331.248
Consolidado				
Modalidade	Saldo contábil	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	1.065		1.065	
Crédito à Exportação	42.990	5.000	37.990	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	16.301	11.300	5.001	
	60.356	16.300	44.056	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	469.753	50.019	88.486	331.248
	469.753	50.019	88.486	331.248
Total	530.109	66.319	132.542	331.248

Em 31 de dezembro de 2020, os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante na controladora e no consolidado estão demonstrados como segue:

Notas Explicativas

Modalidade	Saldo contábil	2022	2023	2024 a 2025
Moeda Nacional				
Aquisição de Imobilizado	2.130	1.065	1.065	
Crédito à Exportação	43.167	33.167	10.000	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	17.630	15.963	1.667	
	62.927	50.195	12.732	
Moeda Estrangeira				
Crédito à Exportação	552.973	116.918	91.927	344.128
	552.973	116.918	91.927	344.128
Total	615.900	167.113	104.659	344.128

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.097.935	325.712	40.111	19.493	1.483.251
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(154.344)	(33.805)	(64.107)	(3.205)	(255.461)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	83.444				83.444
(-) Amortização de passivos	(237.680)	(33.805)		(3.342)	(274.827)
(-) Pagamentos de custos de captação	(108)				(108)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(64.107)		(64.107)
(+) Adesão parcelamento				137	137
Outras variações	(51.134)	(5.309)	57.378	(2.670)	(1.735)
(+) Aquisição de imobiliza dos financiados	11.704				11.704
(+) Atualizações juros	38.381	18.668		246	57.295
(-) Amortizações juros	(32.536)	(2.926)		(1)	(35.463)
(-) Compensações com contas a receber de clientes PPE	(50.613)				(50.613)
(+/-) Ajustes MTM			70.357		70.357
(+/-) Atualizações variação cambial	(20.478)	17.155			(3.323)
(-) Amortização de parceria agrícola		(38.206)			(38.206)
(-) Outras variações				(2.915)	(2.915)
(-) Amortização variação cambial	(349)				(349)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(12.979)		(12.979)
(+) Custos de captação apropriado como o despesa	2.757				2.757
Saldos em 30 de junho de 2021	892.457	286.598	33.382	13.618	1.226.055

	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2020	829.738	202.147	13.686	24.401	1.069.972
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(110.363)	(25.519)		(1.094)	(136.976)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	97.942				97.942
(-) Amortização de passivos	(208.305)	(25.519)		(1.094)	(234.918)
Outras variações	243.324	26.335	6.151	(1.566)	274.244
(+) Adição novos contratos		5.908			5.908
(+) Atualizações juros	31.715	10.170		505	42.390
(-) Amortizações juros	(34.582)	(2.210)			(36.792)
(+/-) Ajustes MTM			35.473		35.473
(+/-) Atualizações variação cambial	245.947	32.054			278.001
(-) Amortização de parceria agrícola		(19.587)			(19.587)
(-) Outras variações				(2.071)	(2.071)
(-) Amortização variação cambial	(1.094)				(1.094)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(29.322)		(29.322)
(+) Custos de captação apropriado como o despesa	1.338				1.338
Saldos em 30 de junho de 2020	962.699	202.963	19.837	21.741	1.207.240

Notas Explicativas

	Controladora				
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.097.935	325.712	40.111	19.493	1.483.251
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(153.151)	(33.805)	(64.107)	(3.211)	(254.274)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	73.444				73.444
(-) Amortização de passivos	(226.487)	(33.805)		(3.342)	(263.634)
(-) Pagamentos de custos de captação	(108)				(108)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - financeiro			(64.107)		(64.107)
(+) Adesão parcelamento				131	131
Outras variações	(162.627)	(5.309)	57.378	(3.364)	(113.922)
(+) Aquisição de imobilizado financiados	11.704				11.704
(+) Atualizações juros	33.827	18.668		246	52.741
(-) Adequação da estrutura de capital	(117.747)				(117.747)
(-) Amortizações juros	(27.261)	(2.926)		(244)	(30.431)
(-) Compensações com contas a receber de clientes PPE	(50.613)				(50.613)
(+/-) Ajustes MTM			70.357		70.357
(+/-) Atualizações variação cambial	(14.945)	17.155			2.210
(-) Amortização de parceria agrícola		(38.206)			(38.206)
(-) Outras variações				(3.366)	(3.366)
(-) Amortização variação cambial	(349)				(349)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(12.979)		(12.979)
(+) Custos de captação apropriado como despesa	2.757				2.757
Saldos em 30 de junho de 2021	782.157	286.598	33.382	12.918	1.115.055
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento	Derivativos	Tributos parcelados	Total da dívida
Saldos em 1º de janeiro de 2020	829.738	202.147	13.686	24.401	1.069.972
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(110.363)	(25.519)		(1.094)	(136.976)
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	97.942				97.942
(-) Amortização de passivos	(208.305)	(25.519)		(1.094)	(234.918)
Outras variações	243.324	26.335	6.151	(1.566)	274.244
(+) Adição novos contratos		5.908			5.908
(+) Atualizações juros	31.715	10.170		505	42.390
(-) Amortizações juros	(34.582)	(2.210)			(36.792)
(+/-) Ajustes MTM			35.473		35.473
(+/-) Atualizações variação cambial	245.947	32.054			278.001
(-) Amortização de parceria agrícola		(19.587)			(19.587)
(-) Outras variações				(2.071)	(2.071)
(-) Amortização variação cambial	(1.094)				(1.094)
(-) Instrumentos financeiros derivativos pagos - operacional			(29.322)		(29.322)
(+) Custos de captação apropriado como despesa	1.338				1.338
Saldos em 30 de junho de 2020	962.699	202.963	19.837	21.741	1.207.240

17.1 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no ativo imobilizado da Companhia conforme Nota 14.5.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. ("Itaú") e Bradesco S.A. ("Bradesco"). Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores e/ou outros bancos.

17.2 Covenants e outros compromissos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

- a) Itaú Unibanco e Bradesco (medição anual):
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;

Notas Explicativas

- Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Banco do Brasil (medição anual):
 - Limite para relação de 2,3 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander (medição anual):
 - Limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Manutenção de participação mínima dos principais acionistas da Companhia.
- d) AlmaStone Opportunitie (medição anual):
 - Limite para relação de 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
 - Liquidez corrente superior a 0,9;
 - Limite para relação de 0,95 vezes Dívida x Patrimônio líquido.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui junto as instituições financeiras um incentivo a liquidação antecipada, que consiste em um *fee letter* (despesa), o qual torna-se crescente na ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2025 (Bradesco e Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 9.510 mil, equivalentes a R\$ 47.568 em 30 de junho de 2021.

Em 15 de dezembro de 2020, foi assinado pelo Banco Bradesco e Companhia carta de *waiver*, afastando as condições precedentes que impediam o alongamento da dívida, diante disso a Companhia contabilizou a operação conforme fluxo renegociado, incluindo a repercussão sob o *fee letter*. Contudo a nova repactuação trouxe uma cláusula de vencimento antecipado caso as garantias não sejam devidamente registradas em 180 dias a contar da data de assinatura da carta *waiver*. Em junho de 2021, por ainda não ter concluído as condições precedentes, a administração obteve nova anuência/*waiver* junto ao Banco Bradesco alongando para mais 60 dias o prazo para cumprimento das condições precedentes.

Os valores da tabela a seguir, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final do contrato.

Período	Itaú US\$	Bradesco US\$	Total US\$
15/12/2021	651	427	1.078
15/06/2022	655	429	1.084
15/12/2022	651	427	1.078
15/06/2023	655	429	1.084
15/12/2023	655	427	1.082
15/06/2024	655	429	1.084
15/12/2024	651	429	1.080
15/06/2025	655	429	1.084
15/12/2025		856	856
	<u>5.228</u>	<u>4.282</u>	<u>9.510</u>

Em 31 de março de 2021, a Companhia tem provisionado a título de *fee letter* o montante de R\$ 28.955 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 23.598).

18 Outras obrigações

A Companhia incorreu em multas contratuais (“*washout*”), referente à não cumprimento de contratos comerciais de venda de soja da safra 20/2021, totalizando o valor de R\$ 50.273 (Nota 26), dos quais o valor de R\$ 19.129 já foi liquidado até a data base dessas demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2021, o saldo a pagar é de R\$ 31.144, a ser liquidado da seguinte forma: (a) pagamento de R\$ 11.886 em 2 de agosto de 2021; e (b) conversão do valor de R\$ 19.258 em adiantamento para liquidação de contratos futuros da safra 21/2022.

Notas Explicativas

Devido ao processo de reorganização societária a Companhia contratou junto a instituições financeiras serviço de consultoria e assessoria, os serviços contratados foram registrados em sua totalidade no valor de R\$ 12.000 e será liquidado após efetivação do acordo de associação (Nota 1.2).

19 Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Clientes nacionais	12.748	13.248	12.748	13.248
Clientes estrangeiros	4.114	175.772	4.114	175.772
	<u>16.863</u>	<u>189.020</u>	<u>16.863</u>	<u>189.020</u>

Em 30 de junho de 2021, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 822 mil (em 31 de dezembro de 2020 - US\$ 31.254 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 3.783 sobre os quais incidem taxas de juros entre 9,0% a 10% a.a. (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 110.880 incidem taxas de juros entre 9,0% a 10% a.a.).

20 Tributos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
ICMS	836	1024	845	1.050
PRT				2.778
Previdenciário	12.082	14.819	12.375	15.176
Outros			398	489
	<u>12.918</u>	<u>15.843</u>	<u>13.618</u>	<u>19.493</u>
Circulante	<u>(6.293)</u>	<u>(6.214)</u>	<u>(6.540)</u>	<u>(7.369)</u>
Não circulante	<u>6.625</u>	<u>9.629</u>	<u>7.078</u>	<u>12.124</u>

21 Provisão para contingências

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Controladora						
2021			2020			
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	34.635	(13.103)	21.532	29.062	(13.192)	15.870
Tributárias	1.003		1.003	11.622		11.622
Cíveis	943		943	1.232		1.232
Total	36.581	(13.103)	23.478	41.916	(13.192)	28.724
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			4.768			6.014

Consolidado						
2021			2020			
Causas	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	35.470	(13.169)	22.301	29.063	(13.192)	15.871
Tributárias	6.104		6.104	11.622		11.622
Cíveis	1.720		1.720	1.530		1.530
Total	43.294	(13.169)	30.125	42.215	(13.192)	29.023
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			5.968			6.033

20.1 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 4.768 e R\$ 5.968 na controladora e consolidado, respectivamente (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 6.014 e R\$ 6.033, respectivamente).

20.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável**a. Controladora – 1º de janeiro a 30 de junho de 2021**

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	15.870	11.622	1.232	28.724
Novos processos e complementos	77	30	122	229
Liquidações no período	(2.147)	(5.687)	(481)	(8.315)
Depósitos judiciais relacionados	89	(5.098)		(5.009)
Encargos financeiros no exercício	7.643	136	70	7.849
Saldos em 30 de Junho de 2021	21.532	1.003	943	23.478

b. Controladora – 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	539	19.708
Novos processos e complementos	20.190	2.049	680	22.919
Liquidações no período	(2.038)	(2.812)	(38)	(4.888)
Depósitos judiciais relacionados	(10.684)			(10.684)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	51	1.669
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.870	11.622	1.232	28.724

Notas Explicativas**c. Consolidado – 1º de janeiro a 30 de junho de 2021**

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	15.871	11.622	1.530	29.023
Novos processos e complementos	77	30	122	229
Liquidações no período	(1.315)	(5.687)	(21)	(7.023)
Depósitos judiciais relacionados	23			23
Encargos financeiros no exercício	7.645	139	89	7.873
Saldos em 30 de Junho de 2021	22.301	6.104	1.720	30.125

d. Consolidado – 1º de janeiro a 31 de dezembro 2020

Causas	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	7.054	12.115	824	19.993
Novos processos e complementos	20.190	2.049	682	22.921
Liquidações no período	(2.038)	(2.812)	(45)	(4.895)
Depósitos judiciais relacionados	(10.683)			(10.683)
Encargos financeiros no exercício	1.348	270	69	1.687
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.871	11.622	1.530	29.023

20.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas demonstrações financeiras:

Causas	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Tributárias	177.421	156.674
Trabalhistas	2.575	2.576
Cíveis	73.951	48.789
	253.947	208.039

a. Tributárias

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento indevido de créditos de ICMS, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes à contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indêbitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de tradings e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI; suposta taxa de fiscalização e funcionamento; suposta cobrança de ISS e taxa de alvará de abertura .

Notas Explicativas

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e, em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

b. Trabalhistas

As reclamações trabalhistas com perda classificada como possível cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrentes das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamações usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente devidos pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

c. Cíveis

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrente de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

FWA Empreendimentos e Participações S.A.

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. ("FWA"), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela, cujo objetivo é a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada. O agravo de instrumento foi julgado improcedente. Interposto agravo regimental, que teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio da safra de soja. Em primeira instância, por sua vez, após a juntada dos acórdãos e decisões proferidas nos agravos de instrumento, em 03 de dezembro de 2018 foi proferida decisão sobre as provas requeridas pelas partes, a Terra Santa se manifestou requerendo a redesignação da audiência de instrução e julgamento, pois uma das testemunhas arroladas pela ré não poderia comparecer. Assim, a audiência foi cancelada, por ter optado o juízo em ouvir as testemunhas através de carta precatória e intimando a FWA a se manifestar sobre os embargos de declaração. A Terra Santa embargou da decisão, apontando obscuridade, uma vez que não requereu fosse a audiência redesignada para oitiva das testemunhas em Nova Mutum - MT. Aguarda-se a apreciação do recurso. Em 21 de março de 2019, a FWA juntou sua manifestação aos embargos opostos pela Terra Santa contra a decisão que indeferiu a juntada de novos documentos pela

Notas Explicativas

ré. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça negou provimento aos embargos de declaração, condenando ainda a Terra Santa ao pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor da causa. Foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. O recurso especial foi inadmitido, tendo sido interposto agravo de instrumento. Os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça. O STJ deu provimento parcial ao recurso determinando a anulação dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Em face dessa decisão foi interposto agravo interno objetivando tão somente a reforma da decisão para reconhecimento do prequestionamento da tese de preclusão ao direito de recorrer da FWA (preclusão). O STJ negou provimento ao recurso da Companhia. Foram opostos embargos de declaração pela Companhia objetivando esclarecimento sobre a tese de preclusão de recorrer da FWA, tendo o recurso sido rejeitado pelo STJ. Os autos retornaram ao TJMT em razão da anulação pelo STJ dos acórdãos dos embargos de declaração opostos em segundo grau. Na hipótese de reversão do julgamento do agravo interposto pela FWA a Companhia deterá o direito de imissão na posse do imóvel.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam essa causa como possível e avaliam que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 8.643 em 30 de junho de 2021 (R\$ 8.244 em 31 de dezembro de 2020).

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos”, no ativo não circulante, o valor de R\$ 14.275 (em 31 de dezembro de 2020- R\$ 14.275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por João Luiz Fabre e outros em face de Laerte Mioranza e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum/MT, sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros. Com isso, requerem, ainda, o pagamento de reparação de danos pelo uso das terras. Os Réus apresentaram contestação e os Autores réplica. Foi deferida produção de prova oral e pericial para delimitação da área reivindicada. Encerrada a fase de instrução, foi proferida sentença de procedência, em 20 de agosto de 2019, reconhecendo como de propriedade dos Autores as áreas reivindicadas, além de condenar os Réus ao pagamento de reparação do dano, cujo valor será apurado em liquidação de sentença; foi deferida antecipação de tutela, consistente na reintegração de posse dos imóveis, consignando-se que na hipótese da área estar plantada, os Autores apenas terão a reintegração efetivada após a integral colheita. Foi reconhecida, ainda, a responsabilidade dos Réus Laerte Mioranza, Denice Cassol Mioranza, Juventino Domingos Mioranza e Geni Fochezato Mioranza, pela evicção, em relação aos denunciados à lide Ricardo Augusto de Souza e Silva e Lenir Marcondes Viana Souza e Silva (antigos proprietários). Com o recebimento do mandado de reintegração pela Terra Santa, a Companhia ingressou nos autos na condição de Terceira Interessada, e interpôs recurso de apelação. Em Segunda Instância, a Companhia apresentou Requerimento de atribuição de efeito suspensivo à apelação, o qual foi acolhido pelo TJ/MT, determinando a devolução da posse da área à Companhia. Em 27 de setembro de 2019, foi certificada pelo Oficial de Justiça a devolução da posse do imóvel à Terra Santa. Após apresentação de contrarrazões pelos Autores os autos foram remetidos ao TJMT para julgamento das apelações interpostas. Em 4 de maio de 2020, o Tribunal de Justiça negou provimento as apelações do Réus, em face do acórdão do TJMT foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada, o qual foi improvido pelo TJMT. Em janeiro de 2021, foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento. Em decorrência dos efeitos do acórdão da apelação os Autores deram início ao cumprimento provisório da decisão tendo a área objeto do litígio sido reintegrada em 12 de agosto de 2020.

O escritório e advogados responsáveis classificam essa causa como possível e avalia que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R\$ 7.506 em 30 de junho de 2021 (R\$ 7.030 em 31 de dezembro de 2020).

20.4 Outras informações

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

Notas Explicativas

α. Reclamações trabalhistas

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias, sendo que o Reclamante deu início a execução provisória da sentença. Na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum/MT para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia, conforme divulgado na Nota 16.3. Por não haver mais recursos a serem interpostos, em 19 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado da sentença, iniciando-se a execução definitiva da condenação culminando no bloqueio de R\$ 1.528. Em junho de 2019 foi ajuizada Ação Rescisória, de competência originária do TST, com distribuição de pedido de tutela cautelar, que foi concedida em 1 de julho de 2019, suspendendo a execução e todas as ordens de bloqueio de contas até o julgamento da referida ação. Contra o deferimento da cautelar foi interposto agravo interno pelo Reclamante, em 4 de julho de 2019, mas que restou desprovido pelo Presidente do TST em 11 de julho de 2019. Em sessão realizada no dia 27 de outubro de 2020, a Ação Rescisória foi pautada para julgamento, oportunidade em que o Ministro Relator iniciou proferimento de voto julgando a demanda procedente a fim de reconhecer a incompetência da Justiça do Trabalho e, consequentemente, anulando toda a Reclamação Trabalhista promovida. Nesta mesma sessão, após sustentação oral realizada pelas partes, três ministros requereram vista do processo, inclusive o ministro relator. No dia 10 de novembro de 2020 referido caso foi pautado pelo ministro relator, oportunidade em que, diferentemente do observado na sessão anterior, foi proferido voto julgando a Ação Rescisória improcedente, de modo que a cautelar deferida anteriormente restou prejudicada. Foram opostos embargos de declaração objetivando sanar os vícios constantes na decisão colegiada o qual pende de julgamento. Desde a publicação do acórdão a Companhia tem adotado todas as medidas processuais cabíveis relativamente à referida decisão. Em dezembro de 2020 a Companhia protocolou Pedido de Providências perante o CNJ objetivando a apuração de atos praticados pelo TST no âmbito da ação rescisória. O CNJ determinou o arquivamento do feito por entender que não estavam presentes indícios necessários para instauração de processo disciplinar, sendo que em face dessa decisão foi apresentado recurso administrativo pela Companhia. Em junho de 2021 foi formalizado o pedido de desistência nos autos do Pedido de Providências, sendo que nesse mesmo mês foi protocolada Reclamação perante o STF.

Em 30 setembro de 2020 o valor da condenação era de R\$ 23.450, dos quais a Companhia provisionava o montante de R\$ 6.638 em 30 setembro de 2020, sendo que o restante do valor atualizado da condenação, correspondente à R\$ 16.811, antes considerado como possível pela Companhia e seus advogados, passou a ser provisionado integralmente, em valores originais (R\$ 23.255 e provisionamento no montante de R\$ 6.443, ambos de 30 de junho de 2020, e o restante do valor da condenação de R\$ 16.811).

O valor atualizado da condenação é de R\$ 33.558 em 30 de junho de 2021 (R\$ 26.008 em 31 de março de 2021), sendo que a Companhia provisiona integralmente esse valor

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social é de R\$ 2.866.226 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.780.573), dividido em 28.951.940 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2020 - 21.779.313). Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital, totalizando R\$ 2.759.754 (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 2.759.721).

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2019, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50.000, mediante a emissão privada de 3.700.963 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem

Notas Explicativas

como a emissão de 7.401.926 bônus de subscrição, que serão conferidos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas.

Durante o prazo para o exercício do direito de preferência, encerrado em 3 de junho de 2019, foram subscritas 3.498.503 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 13,51 por ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor total de R\$ 47.264. Tendo em vista que o número de sobras de novas ações não subscritas durante o exercício de exercício do direito de preferência (“Sobras”) solicitadas foi superior ao total de Sobras disponíveis, as 202.460 Sobras foram rateadas, alocadas e integralizadas pelos subscritores, perfazendo um montante de R\$ 2.736.

Verificou-se nos meses de dezembro de 2020 a junho de 2021, o exercício de 7.172.627 bônus de subscrição e a emissão no mesmo número de ações ordinárias aos titulares dos referidos bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia. Os conselheiros consignaram que os valores pagos no exercício dos bônus de subscrição serão integralmente destinados ao capital social.

Em linha com a proposta de aumento de capital, em 2021, a Companhia registrou em seu patrimônio líquido o montante de R\$ 85.653, referentes a 7.171.326 ações, sendo essas parte das ações conferidas como vantagem adicional aos subscritores.

22.2 Destinação dos lucros

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

23 Instrumentos financeiros derivativos

23.1 Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado, câmbio, liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

23.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 17.2). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

23.3 Principais políticas contábeis

Notas Explicativas

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros. Conforme descrito na Nota 2, exceto pelo tópico 2.2.1, as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

23.4 Categoria de instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2020
Classificação					
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	6.703	48.606	29.688	82.804
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	16.396	18.985	16.592	18.990
Títulos a receber	Custo amortizado	5.021	18.703	5.419	19.101
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	19.214	17.223	19.214	17.223
Depósitos judiciais	Custo amortizado	4.768	6.014	5.968	6.033
		<u>52.102</u>	<u>109.531</u>	<u>76.881</u>	<u>144.151</u>
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	322.104	290.436	322.147	290.452
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	782.157	1.097.935	892.457	1.097.935
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	286.598	325.712	286.598	325.712
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	52.596	57.334	52.596	57.334
Títulos a pagar	Custo amortizado	4.773	6.440	8.084	6.882
Tributos parcelados	Custo amortizado	12.918		13.618	
Partes relacionadas	Custo amortizado		55.237		
		<u>1.461.146</u>	<u>1.833.094</u>	<u>1.575.500</u>	<u>1.778.315</u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

23.5 Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).
- Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2021 os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2 no montante líquido de R\$ 33.382 (passivo circulante). Em 31 de dezembro de 2020 R\$ 40.111 (passivo circulante).

23.6 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Conforme divulgado na Nota 33, em 2 de agosto de 2021 a gestão da Companhia passa a ser realizada pela SLC, incluindo a gestão dos riscos de mercado, câmbio, liquidez e de crédito, que passam a seguir as determinações da SLC.

23.7 Estrutura do gerenciamento de risco

Em 30 de junho de 2021, o Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Comitê Estratégico Financeiro, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

(i) **Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de títulos a receber em 30 de junho de 2021:

Notas Explicativas

			Controladora		Consolidado	
Nível	Rating	Taxa	Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Contas a receber de clientes						
Risco baixo	A	0,1%	1.514	(2)	1.710	(2)
Risco razoavel	B	0,5%	42		42	
Duvidoso	C	10,0%	16.491	(1.649)	16.491	(1.649)
Perda	D	100,0%				
			18.047	(1.651)	18.243	(1.651)
Títulos a receber						
Risco baixo	A	0,1%				
Risco razoavel	B	0,5%	1.460	(7)	1.860	(9)
Duvidoso	C	10,0%	4.163	(417)	4.163	(417)
Perda	D	100,0%	5.630	(5.630)	5.650	(5.650)
			11.253	(6.054)	11.673	(6.076)
			29.300	(7.705)	29.916	(7.727)

A Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de títulos a receber como exposto a este risco. Em 30 de junho de 2021, o saldo é de R\$ 11.253 na controladora e R\$ 11.673 no consolidado (R\$ 46.972 na controladora e R\$ 47.593 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

No período findo em 30 de junho de 2021, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos, incluindo custos de captação e juros, às instituições financeiras no montante de R\$ 321.463 (em 30 de junho de 2020 - R\$ 56.343), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 30 de junho de 2021 que não estivessem sendo utilizadas, porém possui linhas de créditos disponíveis que podem ser contratadas, caso seja necessário.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
				Total
Em 30 de junho de 2021				
Fornecedores	325.803			325.803
Empréstimos e financiamentos	350.459	156.726	463.181	970.366
Arrendamentos a pagar	89.186	63.368	107.464	246.619
Instrumentos financeiros derivativos	52.596			52.596
Tributos parcelados	6.606	4.332	6.277	17.215
Títulos a pagar	6.172	1.912		8.084
	<u>830.822</u>	<u>226.338</u>	<u>576.922</u>	<u>1.880.701</u>

Os valores acima apresentados referem-se ao fluxo de caixa não descontado.

Conforme divulgado na nota 1.3, em 1º de agosto de 2021, a Companhia passou a ser controlada pela SLC, a qual utiliza passivos financeiros derivativos e não derivativos para efeitos de gestão de risco e que normalmente não são encerradas antes do vencimento contratual. Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

(iii) Risco de taxa de câmbio

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas à moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adotava a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito na Nota 22.8. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui dívidas expostas à variação do risco cambial designadas ao *hedge* no montante de R\$ 576.755, equivalentes a US\$ 115.307 mil (em 31 de dezembro de 2020 - R\$ 620.403, equivalentes a US\$ 119.391 mil).

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 30 de junho de 2021 que está vinculado as variações da moeda estrangeira. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Saldo em 2021 em US\$ mil	Cenário I - Provável		Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto	
		R\$		R\$		R\$	
		Taxa	(*)	Taxa	(*)	Taxa	(*)
Ativos							
Depósitos bancários - em moeda estrangeira	1.332	5,2740159	362	6,5925	1.756	7,9110	3.512
Contas a receber de clientes	257	5,2740159	70	6,5925	338	7,9110	676
Passivos							
Fornecedores de insumos	56.272	5,2740159	(15.312)	6,5925	(74.195)	7,9110	(148.389)
Arrendamentos a pagar (i)	56.826	5,2740159	(15.463)	6,5925	(74.926)	7,9110	(149.851)
Empréstimos e financiamentos (ii)	140.366	5,2740159	(38.196)	6,5925	(185.073)	7,9110	(370.147)
Efeito líquido no resultado			<u>(68.539)</u>		<u>(332.099)</u>		<u>(664.199)</u>
Passivos							
Empréstimos e financiamentos (iii)	115.307	5,2740159	(31.377)	6,5925	(152.033)	7,9110	(304.066)
Efeito líquido no resultado abrangente			<u>(31.377)</u>		<u>(152.033)</u>		<u>(304.066)</u>
Efeito líquido total no patrimônio líquido			<u>(99.916)</u>		<u>(484.132)</u>		<u>(968.265)</u>

(*) A taxa de conversão (R\$ 5,2740159 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 30 de junho de 2021.

Notas Explicativas

- (i) Os contratos de arrendamento estão valorizados pela *commodities*, cujo valor está em dólar.
- (ii) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do exercício.
- (iii) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na Nota 29 no montante de US\$ 133.606 mil, as quais, não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e, portanto, não estão registrados nas contas a receber de clientes.

(iv) **Risco de taxa de juros**

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, expondo estes passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Em linhas gerais o risco da Companhia está atrelado à variação da Libor, pois os principais contratos estão vinculados a este indexador. Para efeito de análise de sensibilidade de empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2021, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2021. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Saldo em 2021	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
Aplicações financeiras							
CDI	12.403	4,15%		5,19%		6,23%	
Empréstimos e financiamentos							
Libor 6 meses	702.098	0,16%	(1.120)	0,20%	(1.400)	0,24%	(1.680)
Efeito líquido no resultado			<u>(1.120)</u>		<u>(1.400)</u>		<u>(1.680)</u>

- (*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

(v) **Valor de mercado dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(vi) **Risco dos preços das commodities**

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities* agrícolas e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços. A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos

Notas Explicativas

fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	2021			2020		
	Valor de referência (notional), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (notional), em USD mil	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$
Ativo						
NDF de valor justo (USD)	10.000	153	45.031			62.233
Commodities preço - Algodão	4.213	19.061	84.457			54.703
Commodities preço - Soja			68.833	2.684	17.223	17.234
Passivo						
NDF de valor justo (USD)	160.000	(38.110)	(118.553)	(55.250)	(17.335)	(105.902)
Commodities preço - Algodão	(4.213)	(14.486)	(76.072)	(22.528)	(34.069)	(120.991)
Commodities preço - Soja			(74.053)	(1.467)	(5.930)	
	<u>170.000</u>	<u>(33.382)</u>	<u>(70.357)</u>	<u>(76.561)</u>	<u>(40.111)</u>	<u>(92.723)</u>

23.8 Hedge accounting

Conforme descrito na Nota 2.2, em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros, não designados, foram contabilizadas diretamente a resultado do exercício.

Desde agosto de 2013, a Companhia efetuava a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting*, para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* na conta ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
No início do exercício	(124.807)	(21.485)
Variação do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	37.866	(205.181)
Valores transferidos para a demonstração do resultado	(4.009)	29.823
No final do período	<u>(90.950)</u>	<u>(196.843)</u>

Notas Explicativas

Contrato de financiamentos	Exercício de realização		
	2021	2022	Total Geral
Crédito à Exportação (PPE)	(32.374)	(58.576)	(90.950)

24 Remuneração dos administradores (Controladora e consolidado)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros nos exercícios foi a seguinte:

	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(804)	(804)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(1.536)	(1.331)
Remuneração variável (i)	(7.817)	(1.314)
Encargos sociais	(468)	(402)
	<u>(10.625)</u>	<u>(3.851)</u>

- (i) Em 30 de junho de 2021, foi provisionado pela administração, o montante de R\$ 3.070 referente à bônus de produtividade da safra 2020/2021, em função dos resultados positivos auferidos pela Companhia em comparação ao seu orçamento. Adicionalmente, em 31 de março de 2021, foi provisionado o montante de R\$ 3.448 referente à bônus de produtividade da safra 2019/2020, também em função dos resultados positivos auferidos.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

25 Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Receita bruta de vendas e serviços	635.262	543.595	635.262	546.519
Variação cambial (<i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(4.009)	(29.823)	(4.009)	(29.823)
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(4.916)	(122)	(4.916)	(506)
Impostos sobre vendas	(16.003)	(18.729)	(16.003)	(20.083)
Total das deduções de vendas	<u>(20.919)</u>	<u>(18.851)</u>	<u>(20.919)</u>	<u>(20.589)</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>610.334</u>	<u>494.921</u>	<u>610.334</u>	<u>496.107</u>

26 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(113.615)	(83.339)	(73.682)	(44.827)
Matéria-prima	(204.750)	(202.814)	(204.750)	(202.814)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	273.207	238.667	273.208	241.487
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(312.636)	(151.869)	(312.636)	(151.869)
Despesas com pessoal	(34.190)	(35.431)	(34.394)	(35.501)
Remuneração dos administradores	(10.625)	(3.851)	(10.625)	(3.851)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(53.419)	(44.796)	(55.338)	(45.011)
Depreciações e amortizações	(47.836)	(30.677)	(51.234)	(31.343)
Frete, comissões e despesas portuárias	(18.754)	(17.113)	(18.754)	(17.113)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	10.481	450	11.638	450
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável de recebíveis	1.404	1.513	1.600	1.311
Reversão de perdas estimadas de estoques	513	1.183	513	1.183
Provisão para perdas comerciais - washout (i)	(50.273)		(50.273)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.060	(4.038)	1.418	(2.341)
	<u>(553.433)</u>	<u>(332.115)</u>	<u>(523.309)</u>	<u>(290.239)</u>

- (i) No trimestre findo em 30 de junho de 2021, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 50.273 referente a não entrega do volume de soja de 45.161 toneladas, a quebra dos contratos foi ocasionada pela queda na produtividade verificada na safra de soja 2020/21, quando comparada às últimas safras da Companhia, e os fatores principais foram: (a) atraso das chuvas em setembro e outubro de 2020, o que acabou impossibilitando o plantio da soja conforme o projetado e (b) condições climáticas desfavoráveis no início do ciclo da cultura (Nota 18).

Tais valores estão apresentados nas demonstrações do resultado do período nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Custo dos produtos vendidos	(439.490)	(396.322)	(399.955)	(358.035)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	273.207	238.667	273.208	241.487
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(312.636)	(151.869)	(312.636)	(151.869)
Despesas com vendas	(790)	(316)	(790)	(316)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(53.110)	(26.540)	(58.618)	(27.523)
Outras (despesas) receitas operacionais	(20.614)	4.265	(24.518)	6.017
	<u>(553.433)</u>	<u>(332.115)</u>	<u>(523.309)</u>	<u>(290.239)</u>

Notas Explicativas

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6	35	28	35
Ajuste a valor presente de recebíveis		104		104
Juros ativos	6.041	851	5.967	1.979
Variações monetárias ativas				337
Descontos obtidos	2.455	3.442	2.348	3.443
	8.502	4.432	8.343	5.898
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(28.143)	(30.570)	(32.038)	(30.570)
Juros sobre arrendamentos	(18.668)	(8.901)	(18.668)	(8.901)
Juros passivos e multa de mora (i)	(20.171)	(8.372)	(20.199)	(6.139)
Variações monetárias passivas	(135)	(259)	(135)	(596)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(11.578)	(7.673)	(11.578)	(7.673)
IOF	(1.788)	(582)	(2.310)	(582)
Amortização de custos de captação	(2.758)	(1.338)	(2.758)	(1.338)
Outras despesas	(2.406)	(1.178)	(2.414)	(1.189)
	(85.647)	(58.873)	(90.100)	(56.988)
Derivativos, líquidos				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	198.321	63.134	198.321	63.134
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(268.678)	(98.607)	(268.678)	(98.607)
	(70.357)	(35.473)	(70.357)	(35.473)
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	80.477	67.471	88.732	67.471
Variações cambiais passivas	(86.312)	(150.776)	(89.020)	(150.776)
	(5.835)	(83.305)	(288)	(83.305)
Resultado financeiro	(153.337)	(173.219)	(152.402)	(169.868)

- (i) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamentos de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mútuo com partes relacionadas.

Notas Explicativas

28 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	8.779	7.280	9.267	8.216
Venda de ativos a prazo		3.122		3.122
Aquisição de imobilizado financiado	11.704		11.704	
Arrendamentos liquidados com produtos agrícolas	28.943	19.587	28.943	19.587
Dividendos recebidos com operação de mútuo	7.406			
Venda de imobilizado recebida com operação de mútuo	40.870			
Venda de propriedades recebida com operação de mútuo	9.763			

29 Resultado por ação

29.1 Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (Nota 21). A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e do lucro (prejuízo) diluído por ação.

	Controladora	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Resultado utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	(46.013)	1.655
Quantidade de ações (milhares) - média ponderada do período	23.038	21.656
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$)	(1,9972)	0,0764

29.2 Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: bônus de subscrição de ações, conforme mencionado na Nota 21.1. Os bônus de subscrição têm como objetivos principais garantir maior atratividade para os subscritores do aumento de capital, mitigar a diluição imediata relacionada ao aumento de capital e permitir a capitalização adicional da Companhia ao longo do prazo de três anos. Os bônus de subscrição foram emitidos em uma única série e cada bônus de subscrição, confere a seu titular o direito de subscrever uma nova ação ordinária de emissão da Companhia ao preço de exercício de R\$ 13,51 por ação.

Notas Explicativas

A quantidade de bônus de subscrição ainda não convertidos em ações Companhia, é considerada como um potencial aumento de capital pressupondo-se o seu exercício.

	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Resultado utilizado na apuração do lucro (prejuízo) diluído por ação	(46.013)	1.655
Quantidade de ações (milhares) - média ponderada do período	23.038	21.656
Conversão presumida de bônus de subscrição (milhares)		7.360
Quantidade de ações (milhares) - média ponderada do período	23.038	29.016
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$)	(1,9972)	0,0570

30 Compromissos (Consolidado)

30.1 Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 30 de junho de 2021 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil, como segue:

Consolidado								
Produto	Data de Entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Frete	Preço	Montante
Safra 20/21								
Caroço de Algodão	Jul a Set/21	31.752	17	TON	REAL	FOB	1.437,0100	45.629
Caroço de Algodão	Out a Dez/21	9.700	9	TON	REAL	FOB	1.254,64	12.170
Caroço de Algodão	Jan a Mar/22	800	1	TON	REAL	FOB	1.100,00	880
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	8.000	10	LP	DÓLAR	CIF	0,71	12.540
Algodão em Pluma	Jul a Set/21	500	1	LP	REAL	CIP	3,51	3.869
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	22.550	17	LP	DÓLAR	CIF	0,7276	36.172
Algodão em Pluma	Out a Dez/21	11.500	6	LP	REAL	CIP	3,37	85.330
Algodão em Pluma	Jan a Mar/22	14.550	10	LP	DÓLAR	CIF	0,6855	21.989
Milho em Grãos	Abr a Jun/21	4.150	2	SC	REAL	FOB	43,9500	182
Milho em Grãos	Jul a Set/21	114.393	18	SC	REAL	FOB	26,29	3.007
Milho em Grãos	Out a Dez/21	3.000	1	SC	REAL	FOB	25,70	77
Safra 21/22								
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	92.000	18	SC	DÓLAR	FOB	19,38	1.783
Soja em Grãos	Jan a Mar/22	37.300	10	SC	REAL	FOB	116,13	4.332
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	6.375	11	LP	DÓLAR	CIF	0,71	10.007
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	1.250	2	LP	DÓLAR	CIP	0,65	1.799
Algodão em Pluma	Jul a Set/22	250	1	LP	REAL	CIP	3,98	2.195
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	23.125	12	LP	DÓLAR	CIF	0,72	36.523
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	2.500	2	LP	DÓLAR	CIP	0,65	3.597
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	750	1	LP	REAL	CIP	3,98	6.584
Algodão em Pluma	Out a Dez/22	5.950	1	LP	DÓLAR	FCA	0,67	8.723
Milho em Grãos	Jul a Set/22	51.000	6	SC	DÓLAR	FOB	9,30	474
Milho em Grãos	Jul a Set/22	18.200	4	SC	REAL	FOB	43,72	796
					DÓLAR			133.607
					REAL			165.051

Notas Explicativas

31 Cobertura de seguros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido (não revisado). Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	Valor segurado
Responsabilidade civil	12.851
Riscos diversos - Imobilizado	486.698
	499.549

32 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Mercado Interno	176.460	219.134
Mercado Externo	433.874	276.973
Receita líquida de vendas e serviços	610.334	496.107

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Brasil	64%	69%
Europa	21%	21%
Ásia	7%	6%
América do Norte	8%	4%
Total	100%	100%

O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Soja	254.229	332.443
Milho	22.794	4.167
Algodão em pluma	294.850	172.422
Caroço de algodão	5.842	3.535
Revenda de produtos/outros	36.628	13.363
Variação cambial (Hedge fluxo de caixa)	(4.009)	(29.823)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>610.334</u>	<u>496.107</u>

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2021	30 de junho de 2020
Bunge Alimentos S.A.	22%	23%
ADM do Brasil Ltda.	16%	19%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	9%	10%

33 Eventos subsequentes

Conclusão da combinação de negócios

No dia 2 de agosto de 2021, foi divulgado ao mercado a conclusão dos atos de confirmação do fechamento da combinação dos negócios da Companhia com a SLC, mediante incorporação das ações da Companhia pela SLC, de acordo com os artigos 252, 224 e 225 da Lei nº 6.404/76 ("Incorporação de Ações" ou "Operação"), visando a conclusão da Operação. Com isso, foi confirmado o fechamento da Operação, com a data de eficácia da redução de capital e consumação da Incorporação de Ações em 1º de agosto de 2021, a data de início das negociações das novas ações da SLC e das ações TS Agro em 2 de agosto de 2021 e a liquidação e o crédito das ações em 4 de agosto de 2021.

Contrato de arrendamento

Em 1º de agosto de 2021, a Companhia assinou o contrato de arrendamento de terras com a TS Brasil, o contrato de arrendamento inclui as benfeitorias existentes nas terras arrendadas. A duração do contrato é de 20 anos, vigente a partir de 1º de setembro de 2021. O preço médio negociado foi estipulado em 17 sacas de soja por hectare, revisado a cada três anos, acrescido de R\$ 70.000, que também compõe o preço do arrendamento. No dia 2 de agosto de 2021 a Companhia pagou à TS Brasil S.A., o montante de R\$ 70.000.

Notas Explicativas

Redução de capital excessivo

Em continuidade ao processo de reorganização societária, em 1º de agosto de 2021, foi realizado na Companhia a redução de capital excessivo no montante de R\$ 676.326, equivalente ao valor patrimonial contábil do investimento devido na TS Agro. O pagamento da redução de capital foi realizado mediante entrega de 100% das ações da TS Agro para os acionistas na proporção das respectivas participações. Os acionistas da Companhia receberam ações da TS Agro no valor patrimonial de R\$ 30,92 por ação. A redução de capital tornou-se eficaz no dia 1º de agosto de 2021, após o cumprimento cumulativo do (i) transcurso do prazo de sessenta dias para oposição de credores, previstos no artigo 174 da Lei 6.404/76 e (ii) superação das condições suspensivas no acordo de associação com a SLC.

Cédula de Produto Rural Financeira

Em 22 de julho de 2021, a Companhia contratou R\$ 30.000 de Cédula de Produto Rural Financeira (CPR) com vencimento para 20 de agosto de 2021, mediante taxa de mercado. A operação foi realizada com o Itaú BBA com aval da SLC, nova controladora.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Terra Santa Agro S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Agro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às informações contábeis intermediárias, a qual descreve que em 30 de junho de 2021, a Companhia estava em processo de reorganização societária com o objetivo de venda da sua operação agrícola. Em 1º agosto de 2021, essa reorganização foi concluída e as terras e as benfeitorias nelas localizadas foram segregadas da operação agrícola e não foram objeto dessa transação. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers Luis Fernando de Souza Maranhã
Auditores Independentes Contador CRC 1SP201527/O-5
CRC 2SP000160/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com formulário de informações trimestrais – ITR de 30 de junho de 2021, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 13 de agosto de 2021.

Ivo Marcon Brum
Diretor

Rodrigo Machado Gelain
Diretor Executivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 25 DA INSTRUÇÃO CVM. N. 480/09.

Os Diretores da Terra Santa Agro S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.799.312/0001-20, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com formulário de informações trimestrais – ITR de 30 de junho de 2021, em cumprimento ao art. 25, incisos V e VI da Instrução CVM n. 480/09.

São Paulo, 13 de agosto de 2021.

Ivo Marcon Brum
Diretor

Rodrigo Machado Gelain
Diretor Executivo